

ATA DA 769ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2025.

1) DATA E PRESENÇA

Dia vinte e dois de abril do ano dois mil e vinte e cinco, em segunda convocação, às vinte horas, tendo assinado a lista de presença cento e setenta e um Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidente:	Guilherme Domingues de Castro Reis
Vice-Presidente:	Ricardo Luiz Iasi Moura
Primeira Secretária:	Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha
Segunda Secretária:	Ana Paula Melo Atanes
Terceira Secretária	Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre

3) ABERTURA DOS TRABALHOS

Presidente – Havendo quórum regimental, declarou instalada a reunião. Em seguida, determinou a execução do Hino do Esporte Clube Pinheiros (letra e música do saudoso Associado Francisco Roberto Pignatari).

- É executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros

4) EXPEDIENTE FORMAL

Presidente – Comunicou que a Mesa do Conselho Deliberativo, seguindo procedimento adotado em reuniões anteriores, deliberou, “ad referendum” do Plenário, que nesta reunião seriam suprimidos os itens “A Voz do Conselheiro” e Várias, e apreciados, exclusivamente, os itens 1 e 2 da Ordem do Dia, que tratam da Ata da Reunião anterior e do Relatório Anual e prestação de contas da Diretoria referentes a 2024. Submeteu a deliberação ao Plenário, que a referendou. Prosseguindo, apresentou ao Conselho, tendo sido aprovadas, as seguintes proposições: voto de pesar de iniciativa dos Conselheiros Pedro Carvalho Donato e Benedicto Dias Ramos Neto, subscrita pelo Plenário como um todo, pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, bem como do Sr. Mauro Palácios Beato, Diretor do Clube Atlético Linense; votos de louvor: 1) proposto pela Conselheira Maria Angélica Leite de Souza: a) ao associado Carlos Roberto Pinto Monteiro, Presidente da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), homenageado com a medalha Exército Brasileiro no quartel general do Comando Militar do Sudeste; e; b) ao Presidente Carlos Alexandre Brazolin, pela profícua gestão na Presidência da Diretoria; 2) de iniciativa da Conselheira Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi, ao Diretor de Área de Patrimônio, Conselheiro Arnaldo Osse Filho, pelo rápido desenvolvimento e evolução da obra de reforma da Pista de Atletismo; 3) de autoria do Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa: a) aos associados que participaram da 129ª Maratona de Boston, ocorrida em 21/04/2025, a saber: Carolina Carazzato, Gustavo Meirelles, Thais Aquino Alves da Cunha e Vivian Sanchez; b) ao Associado Alexandre Arroyo, que levou as cores do Clube ao pódio da Meia Maratona Spring Cleaning Half Marathon, ocorrida em 13/04/2025, tendo cruzado a linha de chegada em 3º lugar na colocação geral e em 1º em sua faixa etária; e, aos membros do Corpo Associativo que participaram da Maratona de Paris, atualmente a maior maratona do mundo em participantes, ocorrida no dia 13/04/2025: Paulo Francisco Figueiredo e André de Lacerda Figueiredo, que completou sua primeira maratona; e, 4) proposto pelos

Conselheiros Pedro Carvalho Donato e Benedicto Dias Ramos Neto, ao atleta Hugo Calderano, pela notável conquista do Campeonato Mundial de Tênis de Mesa. Em seguida, a pedido da Conselheira Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi, lembrou que o Regimento Interno do Conselho prescreve em seu Art. 51: “Os debates deverão realizar-se com ordem e respeito. ... §8º - Nenhum Conselheiro poderá referir-se aos colegas e de modo geral a qualquer pessoa, de forma injuriosa ou descortês, sendo obrigatório o tratamento de Senhor.” Disse estar certo que todos observam essa norma e a mencionou apenas para que tenhamos claro a urbanidade e o respeito que nós sempre nutrimos um pelo outro. Na sequência, informou que no último dia 16 de abril, nomeou Comissão Especial com a finalidade de promover estudos e apresentar proposta visando ao aprimoramento dos procedimentos envolvendo todas as fases da obra, bem como recomendar quais providências deverão ser adotadas pela Diretoria, não apenas com relação à manutenção do patrimônio, mas, também, em defesa dos interesses do Esporte Clube Pinheiros no que se refere à empresa contratada pelo Clube para a troca da cobertura do Conjunto Desportivo. A Comissão Especial está presidida pelo Conselheiro Paulo Sergio Uchôa Fagundes Ferraz de Camargo e integrada pelos Conselheiros Alexandre Perrone Lomonaco, Roberto Dias Leme e Waldemar Arthur Zamariola e pelo Associado Odilon Gonçalves Lima Cardoso. Finalmente, com relação às eleições do Presidente e Vice-Presidente da Diretoria e dos Membros do Conselho Fiscal para o biênio 2025/2027, a serem realizadas no próximo dia 28 de abril, cujas inscrições tinham se encerrado nesta data, comunicou a composição das chapas inscritas, a saber: Diretoria: 1. Chapa Pinheiros Novos Tempos – Presidente: André Perego Fiore, *Vice-Presidente*: Vera Lucia Catani Dutra Rodrigues; 2. Chapa Renova Independente – Presidente: André Novaes Patury Monteiro, *Vice-Presidente*: Gizelle Autran Duarte; Conselho Fiscal: 3. Chapa Responsabilidade Pinheirense – Membros Efetivos: Ademir José Scarpin (Presidente), João Paulo Dal Poz Alouche e Ronaldo Bufano e Membros Suplentes: José Luís de Oliveira Camargo Júnior, Felipe de Souza Wey e Cynthia Maria Cirillo Jobim; 4. Chapa Pinheiros em Ação - Membros Efetivos: Alencar Severino da Costa (Presidente), Antonio Julio Curralo e Sergio Luiz Novaes de Palma e Membros Suplentes: Fernando Nascimento Burattini, Maria Cristina Bianchi e Marly Aparecida Parra Bassalobe Simões da Cunha. Informou, em seguida, que a Diretoria enviou carta, que está à disposição para consulta na Secretaria, comunicando alterações em sua composição até maio de 2025; e que em razão das alterações havidas, ficou assim constituída a partir de 18 de abril: Assessor de Planejamento - João Luís Gagliardi Palermo, Diretor de Área Financeira - Dirceu Bissaco, Diretor de Área Administrativa - Gervásio Ângelo Teixeira, Diretor de Área Jurídica - José Luiz Toloza Oliveira Costa, Diretor de Área Cultural e Diretor de Área Social - Antonio Carlos Foschini, Diretor de Área de Marketing Institucional e Diretor de Área de Relações Institucionais - Roque Antonio Horta de Ferreira Mendes, Diretor de Área de Marketing Esportivo - Gilberto Rato Ferreira Leite, Diretor de Área de Esportes Individuais e Aquáticos e Diretor de Área de Esportes Coletivos e Raquetes - Marcos Macedo Maynard Araújo, Diretora de Área de Relações Esportivas - Fernanda Fonseca Themudo Wissenbach, Diretora de Área de Esportes Associativos - Maria Cristina Machado de Araújo, Diretor de Área de Operações - Dante Boccuto Junior, Diretor de Área de Patrimônio - Arnaldo Osse Filho e Diretor de Área de Restaurantes - André Novaes Patury Monteiro.

Paulo Sergio Machado Izar – Dada a relevância do tema de hoje, perguntou ao Sr. Presidente sobre a possibilidade de anotar quantos Conselheiros deixariam o recinto antes da votação, isto é, se seria possível ter um controle da evasão de Conselheiros antes da votação do único item da Ordem do Dia, tendo o Sr. Presidente respondido que teria o controle de quantos Conselheiros assinaram a lista de presença e que informaria quantos votaram; que seria feito o controle tal como costumeiramente se faz e isso seria divulgado.

5) ORDEM DO DIA

Item 1 - **Apreciação da Ata da 768ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 31 de março de 2025.**

Presidente – Submeteu ao Plenário o seguinte pedido de retificação formulado pelo Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa: página 20, onde se lê: "por exemplo, mais próximo da Lei da Sociedade de Curaçao", leia-se: "por exemplo, mais próximo da Lei da Sociedade por Ações"; e, na página 60, onde se lê: "algumas coisas que ele falava com coragem – Isso eu não tenho e acho isso muito", leia-se : "algumas coisas que ele falava com coragem – Isso eu acho muito...". Não havendo contestação, declarou a Ata aprovada, com a retificação supra.

Item 2 - **Apreciação do processo CD-05/2025, referente ao Relatório anual da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício de 2024.**

Pronunciamentos:

- Manifestação de Conselheiro no plenário: Quantos assinaram?

Presidente – São 20:16 horas, ainda temos 14 minutos para encerrar... Podemos dar início ao relatório, tão logo vinda informação, eu interrompere. ... Maria de Lourdes informa que há 162 assinaturas. As Senhoras Conselheiras e os Senhores Conselheiros receberam o Relatório da Diretoria, acompanhado das contas de gestão, com os pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente Externa, bem como os pareceres emitidos por todas as Comissões Permanentes, exceto ao da Comissão de Processamento e Julgamento. O Volume I foi distribuído fisicamente as Sras. e Srs. Conselheiros e o relatório completo fora disponibilizado eletronicamente, aos Conselheiros, através de link de acesso, no último dia 20 de março. O Relatório, em síntese, contempla as metas realizadas, à luz do Plano de Ação do exercício de 2024. Demais disso, o Relatório apresenta o resultado econômico-financeiro, acompanhado do Relatório da Administração, bem como o Balanço Orçamentário e as Demonstrações Contábeis. O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, datado de 17/02/2025 está assim fundamentado: “Examinamos as demonstrações contábeis do Esporte Clube Pinheiros, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Esporte Clube Pinheiros em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a NBC ITG 2002 – aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros.” O Parecer do Conselho Fiscal, datado de 28/02/2025, está assim redigido: “Os membros do Conselho Fiscal do Esporte Clube Pinheiros, dentro de suas atribuições estatutárias, procederam ao exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e, considerando ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Parker Russell, datado de 17 de fevereiro de 2025, concluíram que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.” Foram ouvidas as Comissões Permanentes Financeira, Jurídica, de Obras, de Saúde e Higiene, de Sindicância,

de Esportes, de Veteranos e de Jovens. A Comissão de Sindicância tal qual a Comissão de Saúde e Higiene e a Comissão de Veteranos, manifestaram-se dizendo que no âmbito de sua competência entendem que a matéria está em condições de ser apreciada e votada pelo Conselho Deliberativo. A Comissão Jurídica concluiu: "... tendo o 'Relatório da Diretoria' cumprido todos os requisitos formais, os documentos deverão ser submetidos a deliberação do Conselho Deliberativo, por ser órgão competente para tal providência. Cumpridas as exigências formais, nos termos do Art. 108 do Regulamento Geral do Clube, sob o ponto de vista jurídico, este Relator entende que a matéria está em condições de ser apreciada e votada pelo Egrégio Conselho Deliberativo." Em minucioso parecer, a Comissão de Obras apresentou suas considerações, formulando a seguinte Conclusão: "Após ter analisado o Relatório da Diretoria (Volumes I, II e III), com as considerações feitas nesse parecer no âmbito de sua competência regimental, a Comissão Permanente de Obras entende que o Relatório da Diretoria encaminhado em 14 de março de 25, através da DI.121/2025, está em condições de ser apreciado e votado pelo Conselho Deliberativo." Em seu parecer, a Comissão Financeira formula recomendações e apresenta uma emenda aditiva. **Recomendações:** "Diante das constatações apresentadas, a COMISSÃO PERMANENTE FINANCEIRA recomenda à Diretoria: **Plano de Ação para Bares & Restaurantes:** Elaborar e implementar um plano de ação detalhado para a área de Bares & Restaurantes, com metas claras e mensuráveis para melhorar o resultado por meio de redução de custos, sem ônus adicional ao Corpo Associativo. O plano deve contemplar a análise da estrutura de custos, a revisão dos cardápios, a otimização dos processos operacionais e a avaliação da satisfação dos associados. **Alocação de Despesas de Bares & Restaurantes:** Realizar a alocação completa das despesas classificadas como "Administrativas" de Bares & Restaurantes nos respectivos PDVs. **Gestão de Despesas com Pessoal:** Elaborar e implementar um plano de gestão de pessoas com medidas para controlar as despesas com pessoal, como a revisão da escala de trabalho, a otimização dos processos e a negociação de acordos coletivos. **Execução do Plano de Investimentos:** Acelerar a execução dos projetos de investimento planejados em aderência ao PDD, observando o cumprimento de prazos e orçamentos estabelecidos. É fundamental priorizar os projetos que atendam as demandas do Corpo Associativo e que estejam alinhados com os objetivos estratégicos do Plano Diretor de Desenvolvimento (PDD). **Captação de Recursos via Lei de Incentivo ao Esporte:** Elaborar um programa plurianual para ampliar a captação de recursos via Lei de Incentivo ao Esporte, buscando novas parcerias e divulgando os projetos do Clube junto aos potenciais patrocinadores. **Transparência e Informações:** Esta Comissão Permanente Financeira reconhece a melhora na diagramação do Relatório da Diretoria e reitera a necessidade de aprimorar a facilidade de leitura dos temas técnicos, trazendo dados com mais clareza para o entendimento dos diversos públicos que acessam o Relatório, bem como para a avaliação da qualidade do Relatório por entidades externas independentes, por exemplo, o Prêmio ABRASCA. É fundamental que os relatórios sejam claros, concisos e apresentem dados relevantes para a tomada de decisões. **Cumprimento das Normas:** Garantir o estrito cumprimento das normas estatutárias e regimentais do Clube, buscando a aprovação do Conselho Deliberativo para todas as decisões que exigem essa formalidade. Os contratos de patrocínio (direto, permuta, Lei de Incentivo ou royalties) devem ter um crivo adicional para assegurar a conformidade com o objeto social do Clube. **Objetivos Quantificáveis:** Implementar um modelo transparente de objetivos quantificáveis que necessitam ser atingidos para assegurar a sustentabilidade futura, conforme já recomendado em pareceres anteriores e que possa ser apreciado, no mínimo, na prestação anual de contas pela Diretoria. **Destinação de Resultado:** A Diretoria deve esclarecer como será feita a recomposição do Capital de Giro que foi consumido em R\$ 3.184.908, em sua maior parte para cobrir o déficit de R\$ 2.576.960, em 2024, no orçamento corrente de Custeio e Restaurantes. Esse esclarecimento deve contemplar quando tais medidas serão tomadas, em que proporção e de que natureza. **V – Considerações Finais** - A COMISSÃO PERMANENTE FINANCEIRA reconhece

os esforços da Diretoria na gestão do Esporte Clube Pinheiros e espera que as recomendações apresentadas neste Parecer sejam consideradas com a devida atenção, visando o aprimoramento da gestão financeira e o fortalecimento da instituição. A COMISSÃO PERMANENTE FINANCEIRA permanece à disposição para colaborar com a Diretoria na busca de soluções para os desafios identificados e na construção de um futuro ainda mais próspero para o Esporte Clube Pinheiros. Isto posto, a COMISSÃO PERMANENTE FINANCEIRA entende que o Relatório da Diretoria está em termos para ser apreciado pelo Conselho Deliberativo e remete à esta Presidência para envio aos membros do Conselho para servir de apoio em suas deliberações.” A Comissão Permanente Financeira formula, ainda, emenda aditiva para os fins ali declinados, da qual se extrai o seguinte tópico final: **EMENDA DE DELIBERAÇÃO PARA USO EX POST DE RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL** - Solicitação para utilização ex post de recursos do Fundo Especial em aquisições de bens do ativo permanente de pequeno valor, com comprovada vantagem econômica e impacto operacional. Entende a Diretoria do Esporte Clube Pinheiros necessita realizar substituições periódicas de bens do ativo permanente depreciados (equipamentos, mobiliário, ferramentas, etc.), cuja manutenção se torna antieconômica ou inviável técnica e operacionalmente. Essas aquisições, embora não classificadas como emergenciais, são críticas para evitar: 1. **Interrupções operacionais**; 2. **Elevação de custos**; 3. **Comprometimento da qualidade dos serviços**. Como justificativa a substituição de ativos depreciados por novos apresenta vantagem econômica comprovada, com retorno garantido por: . Redução de custos; . Ganho de eficiência operacional; . Preservação do patrimônio. O processo de aprovação formal para o uso de recursos do Fundo Especial requer a aprovação pelo Conselho Deliberativo, no entanto sua velocidade e agilidade não são compatíveis com as decisões que exigem a tomada de decisão rápida para preventivamente substituir itens que se ficarem inoperantes prejudicarão o funcionamento operacional do Clube. Dessa forma, propõe deliberar sobre a utilização ex post de recursos do Fundo Especial em aquisições de bens do ativo permanente, no montante total de R\$ 3,98 milhões, conforme listado no ANEXO I a esta emenda aditiva, itens que foram adquiridos por apresentar vantagem econômica e impacto operacional.” A Comissão de Jovens assim se pronunciou: “Após análise detalhada do Relatório da Diretoria, referente ao exercício de 2024, concluímos que o mesmo está apto à votação no Conselho, com a ressalva dos seguintes pontos: 1. O termo "jovens" foi citado apenas 4 vezes em 148 páginas: duas vezes relacionadas a dados estatísticos, uma vez referente a jovem aprendiz e apenas uma menção efetiva em iniciativas voltadas ao público jovem. 2. Na iniciativa mencionada (“espaço teens”), constatou-se que apenas três idades específicas (15, 16 e 17 anos) foram contempladas, excluindo assim grande parte do grupo jovem, cuja faixa etária estabelecida é de 15 a 36 anos. Portanto, a Comissão Permanente de Jovens entende que uma grande parcela do grupo de jovens foi deixada à deriva pela Diretoria durante o ano de 2024. Com essa ressalva, reiteramos nossa posição de que a matéria está apta à votação no Conselho Deliberativo.” A Comissão de Esportes no âmbito de sua competência, apresentou as seguintes considerações: “Verificamos a falta de maior detalhamento dos gastos por seção esportiva, além da baixa captação tanto da Lei de Incentivo ao Esporte quanto por patrocínio direto. Em relação aos gastos com bolsa para atleta houve um aumento de 30% em relação ao orçado, ou seja, o valor orçado foi de R\$10.712.424,00 e o realizado foi de R\$13.775.625,00. Um exemplo foi o basquete que teve orçado R\$1.000.000,00 e o realizado foi de R\$2.108.442,00, ou seja, um aumento de 110%. O que nos chama a atenção é que esportes com orçamentos menores tem sua verba orçada maior que a realizada. Em relação à prestação de contas da reforma do campo B, em vista de possuir uma Comissão Especial instaurada e em andamento, fazendo avaliação do processo de concorrência que engloba valores, especificação e condições da contratação, recomendamos o aguardo do término dos trabalhos da Comissão Especial, para que possa ser apreciado pelo Conselho Deliberativo. Esses tipos de situações apontam para uma série de problemas de gestão e transparência. A ausência das razões por trás das decisões e a falta de clareza sobre

investimentos por área tornam impossível avaliar se os recursos estão sendo usados de forma eficiente e estratégica. Quando não há diretrizes bem definidas ou metas claras por modalidade esportiva, o processo inteiro perde foco. A discrepância entre a previsão orçamentária e o que de fato foi executado é ainda mais grave. Gera frustração, compromete a credibilidade da instituição e pode até levantar suspeitas sobre a alocação dos recursos. O fato de áreas como marketing esportivo e captação de recursos estarem com desempenho tão abaixo do esperado mostra que há um problema de planejamento ou de execução. Talvez valesse a pena propor: Relatórios mais detalhados; Comparativo entre previsão e execução; Plano de ação para áreas críticas, como a de marketing e captação. A Comissão Permanente de Esportes se dispõe em colaborar na criação de um projeto de estruturação de análise mais técnica com propostas de melhoria. Sendo assim, devolvemos o processo à Presidência do Conselho Deliberativo para análise e deliberação do Plenário do Conselho Deliberativo.” Na última sexta-feira, dia 17 de abril, recebemos a carta da Diretoria DI. 247/2025, solicitando autorização para se pronunciar, por intermédio do Diretor de Área Administrativa, Sr. Gervásio Ângelo Teixeira, a respeito da matéria em pauta. Hoje à tarde recebemos mais duas cartas da Diretoria, assinadas pelo Presidente Carlos Alexandre Brazolin. A primeira delas, DI. 248/2025, datada de 17 de abril de 2025, nos seguintes termos: “Servimo-nos do presente para informar que, em relação ao DI. 231/2025, foram disponibilizados esclarecimentos e informações adicionais por parte do Diretor da Área Administrativa, Sr. Gervásio Ângelo Teixeira e do Gerente Financeiro, Sr. Eduardo José Navas Coutinho, que se colocaram à disposição dos membros do Conselho Deliberativo nos dias 15 e 16 de abril de 2025. Contudo, registramos que, das datas previstas para os atendimentos, apenas o Conselheiro Carlos Luiz Marino Calabresi compareceu à reunião no dia 16 de abril de 2025. Cabe ressaltar que o Diretor de Área Administrativa e o Gerente Financeiro, atenderam ao Presidente e aos membros da Comissão Permanente Financeira, em reunião presencial realizada no dia 1º de abril de 2025, para prestar esclarecimentos e fornecer informações adicionais sobre o Relatório Anual da Diretoria. Atendendo ao pedido da referida Comissão, foi realizada, em 09 de abril de 2025, uma reunião com os Auditores Externos responsáveis pela emissão do Relatório de Auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2024...”. A segunda carta que recebemos hoje, DI. 251/2025, também datada de 17/04/2025, foi distribuída na entrada da reunião e está assim redigida: “...**Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras** - Servimo-nos do presente para formalizar a proposta desta Presidência para recomposição do déficit orçamentário do ano de 2024, no valor de R\$ 2.576.960 (dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e sessenta reais), por meio da redução de despesas no exercício corrente sem impacto aos associados, em prejuízo ao desempenho das Diretorias e comprometimento do capital de giro operacional do Clube. Maior detalhamento da origem dos recursos, que envolverá ações nos Orçamentos de Custeio e de Restaurantes, será objeto do pronunciamento da Diretoria aos Conselheiros conforme nossa solicitação...”. Nesse sentido, concedo a palavra ao ilustre Diretor de Área Administrativa, Gervásio Ângelo Teixeira, para prestar os esclarecimentos ao Egrégio Plenário.

Diretor de Área Administrativa, Gervásio Ângelo Teixeira - (utilizando projeção de slides):

Meu objetivo nessa apresentação de hoje, ela será um pouquinho mais leve e busquei fazer de uma forma mais didática, para que a gente possa entender um pouco o processo de prestação de contas. O primeiro slide. Esse é o esquema que montei para que a gente pudesse ter um entendimento melhor da prestação de contas. O Clube mantém as demonstrações contábeis e as demonstrações contábeis são compostas pelo balanço e a demonstração de resultado do exercício. As demonstrações contábeis têm parecer da Auditoria Externa e o parecer do Conselho Fiscal. Nessa análise nós vamos partir do balanço e vamos fazer uma explicação das principais razões e variações entre os saldos do balanço de 2023 versus os saldos dos balanços de 2024. E da mesma maneira, utilizando esse conceito para as demonstrações de resultado.

Ou seja, os valores de receita e os valores da despesa, comparando um ano com outro. Abaixo, o nosso orçamento é feito com base no total de Custeio e no total de Bares e Restaurantes e as outras contas contábeis são eliminadas dessa análise para o orçamento, porque elas não impactam no planejamento orçamentário do Clube. Então, a gente faz a reconciliação entre o quanto deu do resultado do exercício. Partido do resultado do exercício eu vou para a estrutura do orçamento do Clube e lá eu faço a explicação da variação entre o resultado esperado que nós tínhamos em certas contas versus o resultado real. Esse é, vamos dizer assim, a base do esqueleto para que a gente possa entender a estrutura do Clube tanto contábil quanto orçamentária. Próximo, por favor: Nesse slide nós temos o parecer dos Auditores Externos e temos o parecer do Conselho Fiscal, ambos já foram lidos pelo Dr. Guilherme. Próximo, por favor: Nesse primeiro slide nós temos o ativo do balanço do Clube, onde têm as contas de ativo circulante e o ativo não circulante. Nessa análise nós fizemos as grandes variações em termos de valor e em termos de percentual. Então, no primeiro o equivalente de caixa, que nós temos uma variação de 40%, de 115 para 161. Qual é a razão para isso? Nós tivemos o menor volume de obras durante o exercício de 2024, com isso nós tivemos menor desembolso de caixa. Então, essa é a razão que o nosso caixa está mais alto em 2024 comparando com 2023. Nós também tivemos maior eficiência no recebimento de contas a receber, com isso também gerou mais caixa no exercício. Então, se você olhar ali também, nosso saldo de contas a receber está um pouco mais abaixo, 17%, significa que recebi mais essas contas, fui mais eficiente em minha cobrança. Outro item que chama atenção em termos de valor e materialidade é o imobilizado. Por que o imobilizado não variou, vamos dizer de uma forma sensível? Porque o volume de compras de imobilizado em função de eu não ter obras não tenho compras de equipamento, não tenho compras de outros materiais que são imobilizados, elevador e assim por diante, então, com isso eu tive um valor menor. Esperava que eu tivesse um valor maior, mas não tive isso. Em função dessa queda de 1% é basicamente a depreciação comparada com a inflação do período. Próximo: Nesse slide a gente dá uma olhada no passivo, tanto passivo circulante quanto não circulante. Então, variações significativas, quando vocês olham débitos com programas de incentivos ao esporte: 72%. Nós tivemos novos editais, 11 e 12, que fez com que o salto que temos dos débitos crescesse em comparação ao exercício do ano passado. Adiantamento de associados, de R\$10 para R\$15 milhões. Não sei se vocês se lembram, no final do ano de 2022 nós tivemos um atraso na emissão dos boletos para pagamento da contribuição social referente ao ano seguinte. Este ano nós emitimos os boletos com maior antecedência, isso fez com que um volume maior de associados pudesse pagar antecipadamente a contribuição social. E com isso gera um passivo, porque é um dinheiro que não é do Clube ainda, tenho de contabilizar como passivo. Isso também contribuiu para que o nosso caixa ficasse mais inchado. Está lá no resultado também. Outros adiantamentos. Nós tivemos um volume menor em relação a patrocínio antecipado, porque alguns contratos que a gente tem de patrocínio, o valor é pago antecipadamente e nós fazemos uma apropriação de acordo com alguns princípios contábeis, sendo por prazo algumas situações ou por alguma entrega, dependendo do tipo de contrato que esteja estruturado. Então, nós tivemos um volume menor de adiantamentos. Exemplos disso que me vem à cabeça facilmente é o contrato do Bradesco. O Bradesco entrou com contrato no exercício anterior, fez um desembolso e o valor está aqui e isso está sendo apropriado mês a mês. Então, este ano não teve, vamos dizer assim, um pagamento para o Pinheiros, já fez no ano passado, este ano está tendo somente lançamento para o resultado. Provisões judiciais: Nós temos ali o valor caindo 56, quase 60%, porque houve uma análise por parte dos advogados externos de uma diminuição do risco provável de perda. Todo trabalho que a Diretoria vem fazendo em melhoria de políticas e melhoria, vamos dizer assim, dispensa de funcionários, da parte trabalhista, acordos mais desenvolvidos com prestadores de serviços e assim por diante, faz com que a possibilidade de ter a perda da ação diminua. Portanto, a nossa provisão está diminuindo. A parte de patrimônio social é variação grande. Se vocês

olharem, de 502 para 530, é praticamente o resultado contábil que está na demonstração financeira que nós vamos ver, que é de R\$27 milhões. Então, a incorporação do resultado gerou essa variação. Próximo slide, por favor: Aí nós temos exatamente a demonstração de resultado, partindo com a parte de receita e despesa com restrição e sem restrição.

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – Qual a página?

Gervásio Ângelo Teixeira – Página 108. O resultado que deveria aparecer para vocês enxergarem era exatamente de R\$27 milhões, que é o resultado positivo que nós temos entre receita e despesa no exercício... Temos ali os R\$27,058, que é o resultado de 2024 em relação à receita menos a despesa acumulada do exercício. Aquilo é exatamente o que foi impactado na variação do patrimônio. Agora a gente começa a olhar um pouco mais em detalhe o que variou entre receita e despesa de um ano para outro. Quando vocês olham exatamente com restrição, sem restrição. Com restrição e trabalho voluntário na verdade não vai impactar em nada, porque é o mesmo valor que aparece na receita e na despesa. É um contra o outro para não ter efeito no balanço. Sem restrição nós temos lá R\$326 para R\$350, se vocês analisarem é uma variação em torno de 6%, que é dentro do que tínhamos em relação à previsão orçamentária da nossa contribuição social, que é o driver principal em termos de origem de recursos para o Clube. Abaixo, a gente tem receitas financeiras, que vocês podem verificar que é um percentual bem maior, mas isso em função também de o nosso caixa estar mais alto faz com que o poder de negociação com as taxas do mercado melhore. Então, a nossa performance em relação a isso se dá pelo fato de que a gente tem um volume financeiro mais alto para poder fazer aplicações com papéis mais rentáveis. Próximo: A parte de despesas, e aí a gente começa a entrar um pouco mais em detalhe. A primeira coisa que nós temos é 9% na parte de pessoal, horas extras e dissídio. São os dois itens que impactam muito significativamente nesta linha. O dissídio todo mundo sabe que foi um pouquinho acima do que nós tínhamos previsto da PO. E as horas extras tem outro detalhe, no Clube temos o chamado banco de horas dos funcionários. Todo mundo trabalha e conforme esse número de horas extras que estão fazendo, ele pode compensar com uma falta, uma emenda de um feriado, em função da nossa característica de operação que temos dentro do Clube por causa de fim de semana e assim por diante. O problema é que dentro do exercício essas horas têm de ser compensadas 100%, o que não é compensado no exercício tem de ser pago como hora extra. Por isso que vocês olham, não sei se todo mundo está familiarizado com olhar no R.A.M., nos últimos meses tem um acréscimo geralmente na despesa de pessoal, que é em função exatamente o banco de horas sendo transformado em hora extra, aí vem todo encargo e assim por diante. Serviço de contratados. Nós tivemos um acréscimo significativo, 16% e vai de 58 para 67, quase R\$9 milhões em função do PJ do Tênis, que a gente teve de pagar o serviço desse PJ, que também ajudaram na receita do outro lado, porque a gente passou a receber esse valor e também impactou nosso caixa positivamente. Então, tudo também tem de ser falado do outro lado, mas aqui na despesa foi porque não entraram outros componentes, foi esse o maior impacto e uso em refeitório por atletas, que atletas também começaram e isso gerou um custo para o Clube. A parte de atletas, os anos anteriores em função de termos o resultado positivo, o superávit, não o déficit, aqui no Conselho foi votado e aprovado que isso deveria ser aprovado para o esporte, incremento de gastos do esporte. O que significa isso em termos financeiros, que é o que sempre comento aqui? É uma autorização que o Conselho dá para gastar acima do que estava na PO, porque essa incorporação dentro do exercício significa que não estava na PO. Como o Conselho pega o superávit e fala: Vamos continuar e gastar no esporte, significa que vou gastar acima do que tinha autorizado na PO, então, o Conselho aprova isso. E o que traz como consequência? Esse patamar aumenta, o número de atletas, competições e assim por diante. Como nós tivemos os mesmos patamares em função desse superávit de 2022 e 2023, em 2024 meu patamar está

acima do que estava na PO. Então, é esperado isso, mas a gente tem de explicar, ok. Demanda judicial: Como nós tivemos menor demanda com acordos com classificação de risco. Então, ela tem uma redução, por isso que cai 67% a despesa com provisão para demanda judicial. E outras despesas, que tem uma cesta de índices de coisas que caem nessa despesa: manutenção, pintura, pequenos ajustes e pequenos consertos que se faz no Clube, isso em função de o maior volume de associados no Clube também causa mais desgaste, mais manutenção e assim por diante, por isso que a gente tem esse aumento. Embora o valor absoluto não seja muito alto, o percentual é significativo, por isso que a gente explica. Em despesas financeiras, no lado de receita nós tivemos aquele ganho em função do maior volume de investimento. Do lado da despesa o que traz esse aumento de despesa no exercício? Maior número de uso de cartão de crédito e cartão de débito. E como todo mundo sabe que tem uma taxa que as empresas de cartão de crédito e débito cobram, aí por não estar pagando em dinheiro eu tenho de gastar mais para ter essa disponibilidade aqui no Clube, ok. Próximo slide: Como eu tinha explicado e se olharem na página 86, é exatamente o que comentei com vocês, que é a transição do meu contábil para o meu orçado. Particularmente chamo o orçado, tenho uma definição há algum tempo aqui no Clube e fazendo implementação também aqui, eu chamo de a visão de orçamento gerencial, porque não tem empresa que tem custeio e restaurante, eu chamo de contabilidade gerencial. Contabilidade gerencial e defino como quero fazer a gestão da empresa. Então, a gente sai do contábil e vai para o resultado gerencial. Por isso que a gente sai lá dos R\$27 milhões, elimina outras contas contábeis – Ali embaixo tem a explicação dos componentes. A gente elimina contas de investimento, que é uma coisa à parte dentro do Clube, como chamam é dinheiro carimbado – e chego aos R\$2,576 milhões, que é o resultado que foi encontrado real. Aí a diferença entre esses R\$2,576 versus o que estava no orçado, como que é feito o orçado? Sou uma empresa que não visa lucro, meu resultado tem de ser 0 (zero), então, receita e despesa têm de estar no mesmo valor dentro do orçamento. Como a receita e despesa deu uma diferença de R\$2,576, é o que a gente chama déficit de R\$2,576, ok. Próximo, por favor: Esse gráfico eu acho superinteressante, porque se a gente olhar receita e despesa de custeio, receita e despesa de bares e restaurantes e o total, que a gente chama de receita e despesa operacional, que é a somatória dos dois, orçado e o realizado. No orçado, vocês olham, está dando resultado 0 (zero), igual comentei, eu não tenho que visar lucro nem prejuízo, nem superávit nem déficit, eu tenho que visar o resultado 0 (zero). O realizado está dando R\$2,576. Então, as variações e aí a gente olha nesse quadro de uma maneira bem geral, a gente chama lá dentro do macro, as variações que você vê em custeio não são significativas percentualmente. As únicas são em bares e restaurantes, eu tenho R\$4,5 acima da receita e R\$6,5 da despesa. E o interessante é que aquela observação embaixo, as linhas que variam acima da inflação são as que causam o maior impacto no resultado. E se você fizer exatamente ou aplicar o que subiu acima da inflação vai dar um número muito próximo de R\$2,800 milhões, R\$2,5 milhões, é um valor entre os dois. Então, aqui dá para a gente ter uma fotografia de como o Clube funciona de uma maneira bem simples e direta. Próximo, por favor: Agora a gente começa a analisar, o quadro amarelo que está ali é a expectativa que nós tínhamos do resultado quando construímos a PO e o grande é o valor que foi efetivamente atingido tanto em receita quanto de despesa. Os dois quadrinhos em amarelo. Próximo, por favor: – Meu tempo está acabando.

...

Presidente – Pela relevância do assunto, vamos lhe conceder mais cinco minutos, está bem?

...

Gervásio Ângelo Teixeira – Pode ser. A parte de custeio, aquele resultado de receita e despesas a gente separa o que é custeio e o que é restaurante, então, a somatória vai dar exatamente o valor que estava no slide anterior. Próximo, por favor: Esse aqui a gente começa primeiro com a parte de custeio e vem explicando quais as razões que tivemos de variação entre o que tinha de orçado e o que efetivamente aconteceu. Primeiramente, a gente tem taxas esportivas que foram impactadas pelo Tênis PJ, que não estava previsto na PO, então, dá um impacto por volta de R\$4,5 milhões. Melhorar nos controles contábeis de contas a receber com a identificação de créditos pendentes: O Clube tinha um problema de que tínhamos uma conta que recebia depósitos e não eram identificados a origem, então, não conseguia saber se era do sócio X, Y ou Z e de que natureza veio aquilo. Eram depósitos feitos na conta do Clube. Então, hoje nós conseguimos identificar isso. Implementamos um controle e conseguimos fazer até devolução para alguns associados que tinham feito pagamento em duplicidade. Então, agora está sendo feito isso, com ajuda, lógico, de controles, implemento de coisas eletrônicas, advento do Pix ajudou muito isso no Clube, porque nossa exigência de Pix agora é com CPF, pelo menos consigo identificar o associado e assim por diante. Incremento de receita médica por volume, geralmente com fisioterapia, massagem e o volume de sauna. Patrocínio, embora com o crescimento diferente em relação ao ano anterior, ficou abaixo do que estava previsto na PO, em R\$3,4 milhões. Menor receita com aluguel da D. José, por volta de R\$159. E a receita do Jardim de Infância, uma queda no volume de matrículas comparado com o que estava previsto na PO. Essa é uma coisa que a temos de estar atentos para ver qual a razão que levou a isso, então, é um trabalho que a gente tem de fazer, a gestão tem de fazer esse tipo de coisa. Na parte de despesas nós temos despesas com pessoal, que foram impactadas pelo aumento das horas extras, que já falei, R\$2 milhões. Serviço de contratados em função do impacto do modelo do Tênis. Gastos em função da manutenção do quadro de resultados e assim por diante. Utilidade de água e esgoto, o volume foi impactado de uma maneira... O Clube teve um problema sério com limitação da capacidade dos postos artesianos. Nós fizemos campanha de conscientização, isso gerou um impacto positivo, porém, este ano já está mudando o cenário, porque com a nova estrutura da Sabesp dificulta um pouco mais a estrutura que tínhamos anteriormente. Então, isso é uma coisa que a gente vai ter de trabalhar ainda. A mesma coisa com melhoria de negociação de contratos de energia elétrica. Inicialmente, a gente também tem de lembrar que quando foi feita a PO nós tínhamos alguns desafios, vamos chamar assim, em função de erros que tínhamos na previsão orçamentária. E nós assumimos que era possível buscar oportunidades para compensar isso. A contribuição do exercício não considerou quantidade de associados que se encontram em licença, porque quando o cara está em licença paga menos a contribuição social. Aí pegamos o número total de associados e não eliminamos os que tinham licença historicamente, para fazer qual o valor que poderia ser reduzido da receita de contribuição social. Alocação indevida do valor de R\$850 mil em receitas de patrocínio de marketing sem apontar a contrapartida de permuta praticamente, porque quando você faz o patrocínio de permuta receita e despesa faz igual, é simplesmente uma troca de permuta. E não fizemos isso, a contrapartida, então, estava incorreto. E a superestimação dos festejos de aniversário, com impacto de R\$200 mil, também foi que a gente buscava patrocínio, ou seja, seria uma oportunidade, mas não se concretizou. Então, esses são basicamente os impactos. Próximo, por favor: Aqui é a mesma conta de custeio, mas somente a efeito informativo – Se vocês quiserem, esse material vai ficar disponível – mas é uma informação super relevante. Aonde eu tenho a receita por origem, ou seja, aonde a receita do Clube é gerada: Custeio geral que está ali, que é contribuição. A parte social, cultural. E aqui é a receita por classificação contábil, ou seja, primeiro tenho contribuição, esportiva e depois tenho por atividade. Então, a receita que gera atividade e o contábil que gera a receita. Próximo: É a mesma quebra tanto para despesa por Diretoria e despesa por classificação contábil. Próximo: Aqui a parte de bares e restaurantes que nós vamos fazer agora: alimentos, bebidas e cupons de convidados e volumes de associados com

ajuste de preço. Nós tivemos reajuste de preço para que pudesse atingir o resultado. Por outro lado, tivemos um gasto muito grande com pessoal, principalmente relacionado a uma coisa que existiu no Clube e a Diretoria teve uma ação muito forte, que foi a indústria do atestado. Isso está de certa forma generalizado no mercado, não é somente aqui no Clube. E dentro do Clube pudemos detectar esse problema. Foi tomada uma ação pela Diretoria para evitar isso no futuro. Então, já está solucionado. Insumo de alimentos impactado pela inflação. E o não controle desse insumo, ou seja, o quilo de carne quantos pratos de filé mignon à Chateaubriand que consigo fazer e assim por diante. A gente não tem esse casamento de ficha técnica que chama, que é uma proposta que a Diretoria está fazendo. Próximo: A receita por origem, despesa por grupo contábil. Aqui é a prestação de contas do Fundo Especial de Investimento. Não vou entrar muito em detalhe porque já falei lá atrás sobre a questão de obras. Próximo: Aqui é a proposta que o Dr. Guilherme já leu em relação à proposta da Diretoria. Só para chamar atenção, está ali: Economia com implementação do sistema TEKNISA com a gestão de bares e restaurantes melhorando o controle de estoques e perda operacional. R\$1 milhão é o que a gente espera que com esse sistema de controle de pontos de vendas consiga cruzar isso com a ficha técnica e melhorar o resultado do Clube. Próximo: Aqui só observação final. A Diretoria tinha o desafio em função da inconsistência da PO, que eram R\$2,25 milhões. Foi atrás. Se a gente falar que partimos inicialmente de um desafio de R\$2,25 milhões e temos hoje R\$2,70 não é uma diferença nada significativa. O capital de giro com saldo menor, que foi mencionado no parecer da Comissão Financeira ainda é positivo. E o conceito de capital de giro é o quanto uma empresa consegue sobreviver se ela não tiver nenhuma receita, se a receita acabar amanhã. Então, no caso aqui a gente continua saudável financeiramente. Única coisa é que o saldo do capital de giro não é a mesma coisa em função de características daquele momento do balanço. A relação de aquisição do Fundo Especial de Investimento realizado tanto na PO quanto na prestação de contas, ou seja, no início do ano, quando se faz a PO, a Diretoria apresenta uma previsão de gastos do Fundo de Investimento. Na prestação de contas, a Diretoria apresenta aonde foram gastos esses valores de Fundo de Investimento, então, é prestado conta anualmente. Como a proposta, até da Comissão Financeira, é uma questão de a gente aumentar talvez a frequência? Não vejo problema nisso, a Diretoria participa de uma maneira positiva nisso. Através da área financeira, só para expressar, todos os anos, essa é uma coisa que implementei há algum tempo, a Diretoria fica à disposição, marca horário, comunica o Conselho. Conselheiros que se dispõem a vir, tirar dúvidas, isso contribui de maneira muito positiva tanto para prestação de contas quanto para o entendimento do Conselho em relação aos valores. Acho que é somente isso.

Presidente – Muito obrigado, Diretor Gervásio. Há inscritos.

José Manssur (fora do microfone) – Quantos?

Presidente – Há cinco ilustres Conselheiros. ...

Paulo Roberto Antunes – ... Sr. Presidente, não vou entrar no mérito dos pareceres das Comissões nem nas diferenças de gastos dentro das modalidades. Vou retornar aqui a um assunto de 09 de abril de 2024, quando foi votado aqui no Plenário a prestação de contas do ano passado e que tem relação com um item que consta na atual prestação de contas, na página 106, no valor de R\$2.446.142,00 com relação ao campo B. Em abril do ano passado, quando também discutíamos a prestação de contas eu mesmo levantei aqui em Plenário a questão dos valores do campo B. E como V. Sa. bem disse naquela ocasião, iríamos aprovar no ano passado somente uma parte do valor do campo B e o restante do valor, até sua totalidade seriam aprovados nas contas deste ano, até aqui. Já teríamos tempo para apurar os fatos e aí sim analisar a totalidade do valor na prestação de contas deste ano. Tudo isso está registrado

em ata, sua fala, Presidente, na página 53 e mais adiante. Pois bem, até agora continuamos sem nenhuma apuração sobre os valores gastos no campo B. Mais grave, houve um pedido de Comissão Especial para o campo B, protocolado no dia 26/06/2024. Protocolo 1388, assinado por 34 Conselheiros para se apurar possíveis erros, equívocos ou até má-fé na licitação do campo B. Vossa Senhoria ao invés de imediatamente constituir uma Comissão Especial, resolveu perguntar para a gestão o que eles achavam a respeito da Comissão Especial. Nesse sentido, de não dar o devido e regimental andamento ao procedimento, em 07/08/2024, registrei uma representação contra o senhor, que aliás, vamos abrir um parêntese aqui (a CPPJ não cumpriu as regras e deu o direito de V. Sa. em apresentar suas explicações antes da instrução do processo e o procedimento da CPPJ depois disso também não andou). Apenas no final de janeiro deste ano, V. Sa. nomeou a Comissão Especial, formada pelo nosso amigo Fragoso, Marcelo Santos (foi da Comissão de Obras comigo), o Américo, da Unidos, Lolo, da PTN e no dia que fui ouvido também estava o Marcos, da PTN. Sei que a Comissão está trabalhando, convocando as pessoas, mas, claro, em função do pouco tempo ainda não terminou os seus trabalhos. Aliás, vale uma informação a todos os Conselheiros, nem o laboratório credenciado pela FIFA aprovou o campo. Ou seja, não é padrão FIFA, pois o critério de rotação, o índice alcançado não está dentro dos parâmetros oficiais (Está na página 2 do relatório da Sports Labs). O que quero dizer com isso, Sr. Presidente, é que se tivesse uma celeridade quando o senhor recebeu o pedido dos 34 Conselheiros, essa Comissão já teria terminado seus trabalhos. Hoje, em função disso não podemos aprovar essa prestação de contas. Sei que vários virão aqui dizer que é irresponsável, os patrocinadores não enxergam com bons olhos, que o Conselho está perdido, isso é aqui. Mas na realidade estamos apenas protegendo o dinheiro dos associados, isso é uma reação aos atos errados da gestão. Obrigado. Boa noite.

...

Alexandre Perrone Lomonaco – Sr. Presidente, apenas uma correção, eu não estou nessa Comissão. Tem um Lomonaco nela, mas não sou eu.

Paulo Roberto Antunes (fora do microfone) – Desculpa, Lolo.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – ... Rapidamente, Presidente, trata-se aqui de uma Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, uma reunião importantíssima de prestação de contas, está no rol de nossas reuniões ordinárias, assim como a reunião do orçamento, que é feita na segunda quinzena de novembro e as eleições do Conselho e das Comissões e a Reunião Ordinária que ocorrerá, como o senhor bem lembrou, na próxima semana para eleição do Presidente e Vice da Diretoria e dos Membros do Conselho Fiscal. Muito bem. Sr. Presidente, em relação à prestação de contas é bom lembrar que a prestação de contas nada mais é que uma verificação da compatibilidade entre aquilo que foi planejado, foi orçado e aquilo que foi efetivamente executado, ou seja, aquilo que na linguagem contábil chamam de realizado. Então, essa é a fotografia do exercício de 2024. Muito bem. Queria falar sobre uma questão que até a Comissão Permanente Financeira também mencionou, que diz respeito à prestação de contas do setor de bares e restaurantes. O déficit é algo acentuado. Estou aqui no Conselho há 27 anos e nesse período 26 prestações de contas, eu acho que boa parte delas, eu e o Conselheiro Efetivo Sérgio Vergueiro, a gente vinha a esta tribuna para falar sobre a questão do déficit do setor de bares e restaurantes, sugerindo sempre que a gente pudesse estudar uma forma de diminuir esse déficit. Mas precisamos lembrar, também tem um aspecto positivo. Déficit para, de acordo com a prestação de contas em relação à prestação de contas anterior, que era de R\$9 milhões, caiu cerca de R\$5 milhões e poucos. Ainda há um déficit, foi colocado, existe, mas sem dúvida teve um aspecto positivo, que diminuiu. A própria Comissão

Financeira coloca ali, sugeriu um plano de ação para esse setor, talvez me aprofundasse mais. Acho que no futuro, aproveitar que teremos uma eleição chegando para Presidência da Diretoria, talvez com um Plano Diretor mesmo desse setor de bares e restaurantes, ter uma coisa mais apurada para a gente discutir teses que possam melhorar tanto o serviço e cotejar também, diminuir esse déficit. Então, iria nesse sentido. Agora, chegando à reunião, a Diretoria apresentou uma proposta, que foi bem explicada aqui pelo nosso Diretor Gervásio, que fez uma boa apresentação, de recomposição desse déficit, justamente diminuindo a questão do nosso orçamento de bares e restaurantes, a questão do custeio, renegociando contratos. Essa proposta é muito boa, visa fazer essa recomposição e acredito que seja apropriada e encaminho nesse sentido favorável não somente a essa proposta, mas à prestação de contas apresentada pela Diretoria. Já que mencionei a Comissão Financeira, talvez o Presidente da Comissão Financeira venha se pronunciar e seja até conveniente, citei a Comissão Financeira que apresentou uma emenda aditiva, que também possa se manifestar aqui para esclarecer ao Plenário e eventualmente a gente fazer algum aparte etc. É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Renan de Freitas Poli – ... Peço aqui a palavra para justificar o meu voto pela aprovação das contas do exercício de 2024, com algumas ponderações que considero necessárias para deliberação segura, técnica e alinhada ao nosso papel de fiscalização aqui do Conselho. O resultado do orçamento corrente, como já apresentado aqui, ele reúne custeio geral, operações de bares e restaurantes, isso nos levou a um déficit orçamentário de R\$2,576 milhões aproximados, sendo cerca de R\$1,5 milhão especificamente na área de bares e restaurantes, conforme na página 88 do relatório da Diretoria. Do ponto de vista orçamentário trata-se de um déficit real, quer dizer, previmos algo e não foi cumprido, foi abaixo dele. Mas é importante que o Conselho compreenda a sua correta dimensão, esse resultado não comprometeu o patrimônio do Clube tampouco representa desequilíbrio estrutural ou risco à continuidade das atividades. O Fundo Especial de Investimentos, por exemplo, teve um incremento expressivo de R\$31,7 milhões no exercício, evidenciando a saúde financeira e capacidade de financiamento das atividades sociais e esportivas. A gente viu também que houve um aumento de cerca de R\$28 milhões no patrimônio líquido no mesmo período. No caso de bares e restaurantes, o quadro que se apresenta não é de descontrole, mas de um setor que vem passando por um processo de ajuste e melhoria. As receitas cresceram 14% em relação a 2023 e o déficit vem sendo progressivamente reduzido nos últimos anos. Então, é o que nos lembrou aqui o Conselheiro Cardia, que a gente tinha um déficit de aproximadamente R\$9 milhões e está em R\$3, o que significa? Que a gente está apurando nosso controle. Bem me lembro, sentei daquele lado junto aos associados que não tem posse aqui no Conselho, à época o Diretor Palermo falando: Olha, nós temos aqui um déficit, isso vem, há 10 anos a gente já tinha déficit acho que de R\$15 milhões, salvo engano à época, isso vem diminuindo e nossa meta para 2024 é de reduzir ainda mais esse déficit. É algo crônico, estratégico aqui. É crônico esse desvio do planejado. Então, é preciso reconhecer que se trata de uma área tradicionalmente subsidiada, o que em si só não é um problema, desde que o subsídio seja controlado, transparente, como vem sendo. Além disso, é importante destacar que a previsão orçamentária de 2025, aprovada neste Conselho em novembro do ano passado, ela já previa medidas concretas para enfrentamento dessa situação. Então, a PO traz expressamente, por exemplo, a necessidade de revisão de estruturas de custo, a correta alocação das despesas administrativas nos pontos de venda, racionalização dos processos operacionais e metas de eficiência. Portanto, já existe um caminho institucional pactuado para lidar com esse desafio, e ele é a PO que a gente aprova. Então, todo ano a gente aprova uma PO, tem esse rito, se estuda, se esclarece dúvidas previamente. Diante desse cenário, causa preocupação a proposta incluída no parecer da Comissão Permanente Financeira, uma proposta aditiva, que sugere a recomposição do capital de giro como forma de absorver o déficit, mas sem

apresentação de um plano formal, sem definição de fontes, prazos ou parâmetros claros para essa movimentação. Quer dizer, me parece – E aí espero ouvir os ilustres Membros da Comissão – mas que isso daqui está mais no campo das sugestões do que uma proposta aditiva. Aí vem ao encontro disso o documento que todos os senhores e senhoras receberam à entrada aqui do plenário. No meu entender, isso daqui é uma peça escrita pela Diretoria, a DI. 251/2025, que trata do esclarecimento de como recompor esse déficit orçamentário de R\$2,576 milhões, aqui com algumas rubricas que se entende haver esse ajuste. Aí minha observação é quanto à prescindibilidade disso, para a gente aprovar as contas. Em minha humilde opinião, não seria necessário esse esclarecimento aqui, ele vem falando que esse resultado do déficit orçamentário já tinha sido sinalizado nas publicações do R.A.M. (Relatório de Acompanhamento Mensal) emitidas no decorrer de 2024 e ainda destaca aqui que no 1º trimestre de 2025 já vem confirmando essas projeções. Só que é isso, previsto e realizado, é um ajuste que se faz constantemente, então, você aprova o orçamento e mês a mês presta essa conta. Então, aqui a gente teve recomendações da Comissão Financeira talvez de melhoria nessa governança de prestação de contas, mas a gente não pode perverter o rito e na aprovação da prestação de contas querer dar um encaminhamento para alguma coisa. Assim, a única solução que haveria se fosse para escolher esse destino para recompor um capital de giro seria utilizar o Fundo Especial, o que nos leva a uma situação de dar um cheque em branco à Diretoria. Então, ainda, sob a ótica técnica e à luz do que estabelece o CPC 26 e a NBC ITG 2002, qualquer destinação do resultado, inclusive para capital de giro deve ser deliberado de forma específica e fundamentada. Precisa de plano, precisa de meta, transparência. Caso contrário o que se propõe na prática é esse cheque em branco que mencionei, o que não compatibiliza com as boas práticas de governança deste Conselho, que tem o dever de assegurá-las. Por essa razão, eu encaminho o meu voto favorável à aprovação das contas do exercício de 2024, reconhecendo os avanços e a seriedade da gestão, mas com a ressalva de que qualquer recomposição de capital de giro, caso a Diretoria entenda necessária, deverá ser precedida de um plano específico. Quer dizer, se desviar tanto e não der para chegar numa PO para fazer uma nova previsão que corria qualquer distorção, então, se peça antes, mas não aqui na aprovação das contas do ano anterior. Então, é assim que penso, assim honramos com nosso compromisso de responsabilidade e transparência, preservando o equilíbrio e a confiança na gestão e na devida fiscalização que nos cabe. Muito obrigado.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos (aparte) – Como advogados sabemos que aprovação de contas não é meramente quantitativa, não é somente conta de mais e menos, mas temos de avaliar se a qualidade do dispêndio também é correta, porque se a gente resolvesse aqui no Clube a gente for comprar ou revender automóveis, mesmo que isso desse um superávit, uma super receita e todos nós parássemos de contribuir mensalmente seria ótimo, mas isso foge ao nosso objeto social. Desculpa o exagero do exemplo, mas é para ficar claro. Então, da mesma forma com que não podemos ter atividade que gere uma receita maravilhosa, mas que foge aos preceitos dos nossos Regimentos nós também não podemos ter despesas na mesma linha. Queria entender do teu posicionamento, porque me parece que você está validando o parecer da Comissão Jurídica e como advogada fiquei muito preocupada com o final, onde ela valida o uso de R\$4 milhões do Fundo Especial sem aprovação do Conselho. E até onde saiba – Quem estiver aqui pode me corrigir se estiver errada – O uso de verba do Fundo Especial só pode ser usado com autorização do Conselho. E foram usados R\$4 milhões sem autorização do Conselho. E para piorar, a Comissão Financeira, que não é Jurídica, endossa, dizendo assim: O processo de aprovação formal para uso de recursos do Fundo Especial requer aprovação do Conselho, no entanto, sua velocidade e agilidade não são compatíveis com as decisões que exigem a tomada de decisão – Desculpa, tá, o português não é meu – a velocidade não são compatíveis com as decisões que exigem a tomada de decisão rápida para preventivamente substituir itens que fiquem inoperantes, prejudicarão o funcionamento operacional do Clube.

Ou seja, a gente tem R\$4 milhões gastos do Fundo Especial sem passar pelo Conselho, porque as coisas demoram muito aqui no Conselho, é isso que você está validando?

Renan de Freitas Poli – Então, vamos lá, eu tenho algumas divergências com a Comissão Financeira, até expus aqui essa questão que não vejo assim a reposição do capital de giro. Com relação ao uso do Fundo Especial para despesas correntes – Eu conversei com a Diretoria – e o que me informaram e entendi pesquisando os documentos, é que existe um histórico de emprego de parte em algumas situações do Fundo Especial para custeio de bens que se deterioram ao longo do tempo. Isso não está claro no Regimento, é até objeto de uma discussão dentro da Comissão Especial de Revisão do Ordenamento – Estava conversando ali com o Conselheiro Tatit há pouco – sobre a necessidade de se aperfeiçoar o Regimento para evitar esse tipo de celeuma. Eu concordo 100% com você quando fala que a gente deve aqui ter apreciação de qualidade, mas entendo que na magnitude do orçamento e no papel aqui de nós aprovarmos as contas, entendo hoje aqui que elas estão suficientemente prestadas e aptas para aprovação. Não quer dizer que não se possa melhorar o controle do empenho dessas verbas.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Obrigada, Renan, vou encerrar com você porque acredito que o Aloísio venha esclarecer mais e te agradeço. Obrigada.

Andreas de Souza Fein – ... Agradeço, inicialmente, o envio do relatório anual a nós Conselheiros praticamente ao mesmo tempo em que o foi às Comissões, é iniciativa meritória e merece ser salientada. Passo a comentar diretamente o relatório. Causa incômodo o uso de R\$3.970.000,00 de verbas do Fundo Especial sem autorização prévia deste Conselho Deliberativo. Resumo a crítica a este mau hábito ao citar o pronunciamento do Presidente Franciso Carlos Collet e Silva durante os debates da 684ª Reunião Ordinária do Conselho, que deliberou sobre a prestação de contas do exercício de 2017, a saber: “É competência exclusiva do Conselho Deliberativo em processo específico, instruído diretamente para aquele fim aprovar utilização do Fundo de Investimento. Não há possibilidade de hoje ser ratificada numa mera prestação de contas recursos que foram utilizados, embora não aprovados pelo Conselho Deliberativo.” E ele prossegue em seus comentários, esse é o trecho mais diretamente aplicado ao tema de hoje. Texto integral está na respectiva ata, às páginas 25 e seguintes. Não se trata aqui de qualquer suspeição, de malversação de verbas ou de falta de transparência quanto ao destino das verbas irregularmente utilizadas. A própria Comissão Financeira apontou os respectivos destinos. Ocorre que se trata de uma infração ao nosso ordenamento, que instituiu a necessidade de consulta prévia ao Conselho para uma série de motivos, entre eles a pouca previsibilidade de obtenção dos recursos que compõe o Fundo Especial. Hoje ele é opulento, mas há não muito tempo, coisa de 10, 12 anos montava pouco mais de R\$10 milhões. A Comissão Financeira apresentou uma proposta digamos cavalheiresca, que ao menos formalmente remenda essa infração. Não corrige, remenda. Mas permanece a necessidade de implementarmos mecanismos que impeçam esse uso irregular. Da mesma forma, o relatório deixou em aberta a questão da cobertura do déficit operacional de R\$2.576.960,00, registrado no nosso orçamento corrente. A Diretoria apresentou apenas agora uma proposta de como esse déficit será coberto, bem sobre como se recuperará parcela perdida de capital de giro. Ressalte-se que esse capital de giro fora reconstituído ao longo de anos num esforço de várias Diretorias. Prosseguindo, Sr. Presidente. Considerando esses pontos e notadamente as infrações ao nosso ordenamento, por exemplo, ao Art. 152, do Regulamento Geral e Art. 37, do Regimento Interno da Diretoria, surpreende que o Conselho Fiscal, órgão estatutariamente encarregado de fiscalização, conforme inciso III, Art. 20, do Estatuto Social, não os tenha apontado em seu parecer, como deveria ter feito em atendimento as suas obrigações estatutárias, elencadas no Art. 57, do Estatuto Social, a saber:

Inciso II - comunicar ao Conselho Deliberativo qualquer alteração de lei do Estatuto e do Regulamento Geral, sugerindo as providências a serem tomadas em cada caso. Inciso VI - verificar adequação da prestação de contas ao orçamento aprovado. Inciso VIII - propor à Administração ou ao Conselho Deliberativo medidas econômicas ou financeiras que julgar conveniente. Temos diante de nós o uso irregular de verbas do Fundo de Investimento e não há um único comentário do Conselho Fiscal a este respeito. Da mesma forma, estamos diante de um déficit operacional e não há um único comentário sobre este ponto ou sobre a ausência de proposições acerca de como ele será coberto. Pelo contrário e, surpreendentemente, persiste o Conselho Fiscal com seu mau hábito de encerrar seu parecer recomendando encaminhamento do balanço para aprovação do Conselho Deliberativo. Já observei em anos anteriores que o Conselho Fiscal extrapola nas suas atribuições e sua tarefa é encaminhar seu parecer sobre o relatório da Diretoria ao Conselho Deliberativo, comentando sua adequação ou não para análise e deliberação. Aprovar ou não as contas da Diretoria é atribuição exclusiva do Conselho Deliberativo, não de qualquer Comissão ou do Conselho Fiscal, esta atribuição é tão somente deste Conselho Deliberativo. A Casa, Sr. Presidente, nunca é demais lembrar, é independente e deve zelar por sua independência e reputação. Este parecer deveria ter sido retornado pela Diretoria ao Conselho Fiscal para correção redacional antes do envio ao Conselho. Último ponto, Sr. Presidente. No correr do exercício de 2024 pôde-se verificar o resultado de importante alteração administrativa introduzida no ano de 2023 para vigor a partir do início de 2024. Trata-se da implementação da categoria treinadores PJ no Departamento do Tênis, constituída por associados que ministram treinamento avulso aos participantes do Tênis. Anteriormente a esta modificação, o Clube autorizava essa prática por 12 então chamados pessoais. A seleção dos 12 era e ainda é um processo aleatório, tradicional, baseado na amizade e no companheirismo. Na esteira dos estudos conduzidos a partir do final de 2020 para organizar e racionalizar o uso das quadras de Tênis por um número crescente de praticantes, concluiu-se pela oportunidade e necessidade de formalizar uma atividade até então praticada de maneira informal, sem que o Clube tomasse conhecimento dos valores envolvidos ou que tivesse qualquer ingerência técnica, administrativa sobre as características e qualidade da atividade a ser exercida. Há que se ressaltar aqui, Sr. Presidente, prezados colegas, a dificuldade que foi para formatar essa categoria ainda no correr do ano de 2023 para que pudesse se efetivar em 2024. O Diretor da época, o Conselheiro Antonio Franco Salgado, enfrentou toda sorte e resistência. Vencidas essas turbulências, essa categoria foi formatada e formalizada com os mesmos 12 associados que até 2023 a praticavam de modo informal. Naquele então, durante a implantação era difícil entender o porquê de tamanha resistência. Eis que, como se comprova agora, o benefício gerado é para todos, seja em termos de racionalização do uso do espaço disponível, seja em termos de receita. Acompanhei essa construção e vi atitudes apaixonadas de diversos associados, Conselheiros e até Diretores. A magnitude do valor drenado dos cofres do Clube impressiona. Está muito fácil, basta irmos à página 93, do Volume 1 do relatório anual. O total de receitas do Tênis foi de R\$8.253.857,00 e o departamento teve um ligeiro superávit. Já as receitas da nova atividade, treinador PJ, trouxeram ao Clube adicionais R\$4.613.970,00 não inclusos nos R\$8.253.857,00 já dimensionados. Ou seja, um incremento de mais de 50% nas receitas do departamento. Repito, a previsão do orçamento das atividades tradicionais do Tênis para 2024 era de R\$7.960.200,00, de que se realizou R\$8.253.857,00. Adicionalmente, essa nova atividade trouxe R\$4.613.970,00, um incremento de mais de 50%, algo muito significativo que inclusive limitou o déficit operacional em R\$2.576.960,00. Não fosse essa melhoria administrativa e o déficit do Clube quase dobraria. A implantação dessa categoria permite-nos mensurar um total que era sistematicamente drenado do Clube. Eu quero cumprimentar a Presidência da Diretoria por ter tido a firmeza necessária para implementar essa modalidade. Não fosse sua determinação, enfrentando inclusive Membros da sua própria Diretoria, a sangria continuaria. Acreditem, não foi fácil. Mas o início está dado e ainda há muito a evoluir, pois o sistema

originalmente pensado visa não apenas corrigir essa distorção no uso dos recursos do Clube, o que está bem encaminhado, mas principalmente oferecer melhores serviços aos associados praticantes da modalidade. Ademais, de contribuir à racionalização do uso do Tênis, essa medida mensura o quanto é drenado dos recursos do Clube ao nele se permitir práticas de caráter informal, ou seja, as quais o Clube apenas fornece os meios, os recursos, as instalações e os equipamentos, mas não participa de sua gestão e permite escoamento descontrolado de receitas que esses recursos podem gerar. Essas as minhas considerações. Muito obrigado a todos.

Antonio Moreno Neto (aparte) – O senhor falou que a utilização dos recursos do Investimento seria uma prática totalmente não oficial.

Andreas de Souza Fein – Irregular.

Antonio Moreno Neto – Irregular. Só que, aqueles que foram Presidentes Executivos do Clube e tive a honra de ser, têm momentos que você precisa substituir um ativo fixo por deterioração ou outro motivo e precisa fazer aquilo imediatamente, com urgência, não dá para parar tudo e mandar para o Conselho, para as Comissões para trocar cadeiras e mesas do Clube, por exemplo, e outros mais que estão relacionados. Então, estou colocando isso porque é difícil, quem é do Executivo, deixar de assumir uma responsabilidade que precisa ser feita na hora com base nisso que o senhor estava falando. Estou dizendo da parte executiva. E sendo bem embasado o que foi gasto tem toda a possibilidade de aprovação do Conselho.

Andreas de Souza Fein – Respondendo ao seu aparte, me permito não concordar pelo seguinte: Um equipamento não se deteriora, a não ser em caso de catástrofe, incêndio, inundação, ocasiões que estão previstas no uso do Fundo Especial; uma emenda que o Conselheiro Tatit muito oportunamente propõe e foi aprovada aqui nesta Casa. De maneira geral, os equipamentos não se deterioram do dia para a noite, existe sempre um planejamento. Vou dar alguns exemplos, nesse caso que foi usado aqui nós temos os carrinhos elétricos, eles não acordaram mortos para dizer assim, a mesma coisa algumas esteiras, 75 computadores, eles também não acabam do dia para a noite, existe sempre uma possibilidade de planejamento. Então, com todo respeito eu me permito discordar. Essas ocasiões que o senhor está mencionando são absolutamente excepcionais, extemporâneas e não se enquadram na grande maioria dos casos em que os recursos foram utilizados. Essa é minha posição.

Antonio Moreno Neto – Obrigado.

Olavo Nigel Saptchenko Arfelli Meyer (aparte) – Queria fazer somente um comentário em relação ao Tênis PJ, somente para balancear um pouco o tenho ouvido aqui sobre a formação de uma nova receita com essa modalidade, mas também frequento o Tênis e tenho ouvido muito associados pela insatisfação. Ou seja, a gente está vendo aqui, por ser tema aprovação de contas essa receita, mas tenho ouvido muitos associados que ao tentar jogar no Tênis Jogar estão sendo prejudicados pela modalidade. Ou seja, em algum momento se criou uma forma de oficializar para trazer a receita para o Clube com a questão do Tênis PJ, mas, por outro lado, tivemos um crescimento da insatisfação do tenista individual que quer agendar quadras e nas horas nobres que a gente chama de manhã e pela noite dos dias comerciais, que a gente mal consegue ficar na quadra ou realizar os jogos. Então, acho que a gente tem não só de pensar pela parte financeira, não acho que o Tênis Jogar deva ser a solução para o déficit do Clube, tem de pensar em outras formas de receita. Claro, receita é sempre positivo, mas a gente tem de pensar em que as alamedas estão falando. Vejo muita insatisfação pela falta de quadras e a

falta de organização, quando especialmente às vezes um Tênis PJ tem uma pessoa reservando uma quadra de Tênis com espaço considerável dentro do Clube, quando se talvez pudesse repensar na forma, por exemplo, das aulas coletivas, onde têm quatro pessoas jogando. Então, acho que vale a pena repensar um pouco o Tênis PJ, como foi formatado para reduzir um pouco dessa insatisfação do Tênis Jogar.

Andreas de Souza Fein – Primeiro, queria agradecer ao seu aparte, porque como comentei, o processo de implementação dessa modalidade foi um processo extremamente turbulento. Não vou entrar em detalhes aqui, porque nem é o momento, mas pode acreditar em mim, se quiser depois, quem quiser posso entrar em detalhes. Originalmente, o que acontecia? Você tinha lá na seção um problema de espera até maior, porque não havia o menor controle, cada um dava a aula que queria, a hora que queria, na quadra que queria. Ocupava, a quadra ficava ocupada. Saía o aluno, o professor continuava e ele ia continuando. Agora, o sistema que foi implementado, como eu falei, ainda cabe muita melhoria não apenas no uso racional das quadras, mas também na qualificação dos que estão prestando esse serviço. Teve um aumento de receita muito importante, concordo com você que há outras medidas que devem ser tomadas. Por exemplo, você comentou as aulas coletivas – Escapa um pouco aqui o tema, mas para responder sua pergunta – Eu acho que há pessoas que tem aula coletiva por cinco, sete, 10 anos. Alguém se forma advogado com cinco anos, se forma engenheiro, como eu, com cinco anos e com 10 anos ainda não aprendeu a jogar Tênis. Eu acho que está na hora de a gente começar a ver outras coisas. Isso está extrapolando um pouco a pergunta, mas concordo, como falei, ainda cabe muitos aperfeiçoamentos.

Paulo Sergio Machado Izar (aparte) – Apenas para esclarecimento. ... Você comentou que alguns bens não se deterioram da noite para o dia.

Andreas de Souza Fein – Sim.

Paulo Sergio Machado Izar – Só para esclarecimento do Plenário, ali nos gastos nós temos sete simuladores de escadas ao custo aproximado, do mesmo valor de uma esteira. Para comprar em torno de R\$165 mil. Para comprar 30 esteiras foi feita uma Comissão, da qual inclusive participei e foi pedida autorização do Conselho para liberar verba para aquisição. A gente está falando de R\$500 mil. Nós ficamos sem escadas e simuladores de escada no Fitness por cerca de um ano e meio e aí foi comprado com R\$500 mil. Acho que se encaixa também nas suas colocações, correto?

Andreas de Souza Fein – Sim, acho que, como falei, você tem um parque, têm instalações, têm equipamentos, têm máquinas. Essas máquinas todas tem tempo de vida útil, na hora que compra já estima. Você deve ter um parque de peças de reposição à disposição imediatamente, tudo isso é uma questão de planejamento. Você tem uma depreciação, às vezes é acelerada, às vezes é normal, mas tudo isso faz parte da gestão normal. Ou seja, não há surpresa nenhuma em você ter um equipamento que esgotou sua vida útil.

Paulo Sergio Machado Izar – Não é emergência?

Andreas de Souza Fein – Não, nesse caso não.

Paulo Sergio Machado Izar – Obrigado.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Presidente, gostaria somente de fazer uma retificação na minha fala. Fui alertada pelo Conselheiro Pedro Paulo Gasparini. Fiz menção a um trecho do

parecer da Comissão Jurídica, mas é que acho que o dia a dia do escritório me faz falar jurídico, jurídico, jurídico, mas fiz referência a um trecho do parecer da Comissão Financeira, porque não mencionei em momento algum o parecer da Comissão Jurídica.

José Manssur (fora do microfone) – Mas a senhora falou.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Eu me confundi, Dr. Manssur, é por isso que estou fazendo essa retificação, alertada pelo Dr. Pedro Gasparini. Estou fazendo uma retificação, Dr. Manssur, para constar em ata a minha retificação. Obrigada.

Presidente – Faremos constar em ata, Conselheira.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Obrigada.

Rodolfo José Sanchez Serine – ... Gostaria, inicialmente, de registrar o meu aplauso ao trabalho da ilustre Comissão Permanente Financeira, cujo parecer reconheceu com a devida precisão a utilização indevida de recursos do Fundo Especial sem a prévia anuência deste Conselho Deliberativo. Conduta que representa uma grave afronta ao ordenamento jurídico interno de nossa Agremiação. Conforme dispõe de forma expressa nossos regimentos, a utilização de recursos do Fundo Especial exige autorização prévia deste Conselho, excepcionalmente é admitida a utilização sem essa prévia anuência em hipóteses de urgência inquestionável, como incêndios, falhas estruturais graves ou eventos de igual magnitude. Ainda assim, Sras. e Srs. Conselheiros, a norma é clara ao estabelecer a obrigatoriedade de prestação de contas e ratificação pelo Conselho no prazo máximo de 30 dias. Nenhum desses procedimentos, no entanto, foi observado. A justificativa apresentada, baseada em suposta vantagem econômica e impacto operacional é, além de frágil, perigosa. Não se apresenta qualquer laudo técnico, parecer orçamentário ou documento robusto que comprove tais alegações. Trata-se, portanto, de uma justificativa genérica e subjetiva, incompatível com a seriedade que se exige na gestão e recursos vinculados. Mais grave ainda é o precedente que se cria. Caso essa lógica prospere, futuras aquisições poderão ser realizadas com base em interpretações arbitrárias de vantagem e urgência, comprometendo por completo o papel deliberativo e fiscalizador deste Conselho. Não há em nosso ordenamento critérios objetivos definidos para os conceitos de vantagem econômica ou impacto operacional, o que torna sua invocação ainda mais temerária. A análise dos itens adquiridos reforça que não se tratava de situações emergenciais ou imprevisíveis. Já foi citado aqui carrinhos elétricos, da ordem de R\$400 mil; simulador de escadas, R\$461 mil; 75 microcomputadores Dell, R\$447 mil; equipamento de storage de informática, R\$732 mil e assim por diante, até um robô aspirador de pó de R\$47 mil. Esse item em especial depois gostaria de saber onde está alocado, que tenho curiosidade de conhecer o robô aspirador. O total aproximado utilizado foi da ordem de R\$3.980.000,00, como já dito. Tais aquisições deveriam integrar claramente um plano de modernização e renovação de equipamentos, necessidades previsíveis – Inclusive como bem-dito pelo Conselheiro que me antecedeu, Andreas Fein – Deveriam constar de um planejamento estratégico e serem submetidos sim à deliberação deste Conselho. Por essas razões, entendo com o devido respeito, que houve violação do ordenamento interno e um vício formal, Sr. Presidente, na aplicação dos recursos do Fundo Especial. Apreciar a prestação de contas sem sanar tal vício representaria, peço atenção das senhoras e dos senhores, por favor, a convivência com o descumprimento deliberado de normas fundamentais à boa governança do Clube. Neste contexto, destaco a relevância da emenda aditiva apresentada pela Comissão Financeira, juntada às fls. 329 do Processo CD-05/2025. Contudo, senhoras e senhores, a sua redação merece ajustes substanciais. A proposta original da Comissão dispôs da seguinte maneira: “Solicitação para utilização ex post de recursos do Fundo Especial em

aquisições de bens do ativo permanente de pequeno valor com comprovada vantagem econômica e impacto operacional”, essa redação não se sustenta. Os bens listados como demonstrado inclui itens de alto valor, entre R\$400 mil e R\$732 mil e não há comprovação objetiva da alegada vantagem econômica ou impacto operacional. Assim, proponho a seguinte redação modificativa, Sr. Presidente, conforme Art. 45, parágrafo 1º, alínea “c”, do Regimento Interno de nosso Conselho Deliberativo: “Solicitação de utilização ex post de recursos do Fundo Especial, no montante de R\$3.977.583,44 empregados na aquisição de bens do ativo permanente, conforme discriminados no anexo 1, fls. 331 a 333 do Processo CD-05/2025, para fins de regularização formal perante este Conselho, observadas as exigências estatutárias e regimentais para futuros casos análogos.” Concluo, portanto, solicitando o apoio deste Plenário à aprovação da redação modificativa ora apresentada, que visa preservar a legalidade, o controle institucional e o respeito às atribuições legítimas do nosso Conselho Deliberativo. Muito obrigado.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo (aparte) – Queria, em seu entendimento, quando aprovado no Conselho é que a Diretoria pode enviar a ordem de compra para o fornecedor, certo?

Rodolfo José Sanchez Serine – Perfeitamente.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Então, acho importante isso, porque quando você fala que a gente não deve ser conivente, quero falar que a gente já foi muito conivente, porque em 2013 ou 2014, não estou bem lembrada, este Plenário aprovou aqui o campo B de futebol, a primeira grama sintética na segunda-feira à noite e a obra começou na terça-feira de manhã. Assim, o Clube teve uma destreza. Então, a gente se prende nas technicalidades, que é o quê? Ah, comprou, ah, comprou. Mas têm muitas outras coisas que a gente aprova aqui no Conselho, mas já está tudo acertado, porque “duvideodó” que alguém tivesse todo o material da pista preparado, os funcionários contratados para uma obra que foi aprovada na segunda-feira à noite e começou na terça de manhã. Só isso.

Rodolfo José Sanchez Serine – Ok.

Alexandre Perrone Lomonaco (aparte) – Serine, apenas como observação, penso que sua proposta, que achei bastante interessante, na realidade ela é aditiva, usando parte da emenda da Comissão, mas é aditiva porque é uma nova emenda, não há modificativa da emenda anterior, porque nem foi aprovada. Então, para mim é uma nova aditiva. Apenas essa correção, para evitar qualquer confusão na questão, porque senão a gente teria de aprovar a aditiva da Comissão, para depois modificar. Então, não existe modificação, acho que é uma nova aditiva. Apenas isso. Não sei se o senhor concorda ou não, mas o pensamento é que o senhor está propondo uma definitiva como aditiva à proposta da Diretoria. É só isso.

Rodolfo José Sanchez Serine – Obrigado. A maneira de encaminhamento, Sr. Presidente, seja adequada da melhor forma. Acredito que a instrumentalidade da forma, desde que atinja o objetivo esperado a mim tanto importa, desde que este Conselho possa resguardar o nosso corpo associativo e a nossa Instituição maior, que é o que nos interessa. Muito obrigado.

Presidente – Conselheiro Serine, a Presidência pede apenas – O Conselheiro Serine entrega à Mesa – Exatamente, para que possamos fielmente submeter a emenda do Conselheiro à deliberação do Plenário.

André Franco Montoro Filho – ... Venho aqui fazer, no meu modo de ver um grande elogio a esta Diretoria, apesar de tudo aquilo que ela está recebendo de crítica no momento, porque outro aspecto que vi que me alegrou bastante, que é uma tese que defendia, uma das primeiras reuniões que participei deste Conselho, em 2006, que era a ideia de qual é o superávit ou déficit do Clube, que na verdade do ponto de vista inclusive daquilo que o Estatuto diz para destinar o orçamento, claramente se refere a verbas possíveis e verbas do Investimento não eram possíveis. Esta Diretoria teve a coragem de apresentar, no meu modo de ver a forma correta. Há um pontinho de discussão, que é a questão de depreciação. Mas ao menos da forma de vista operacional bem claro como é que a Administração está se comportando, como é que as receitas e despesas estão se comportando em função do ordenamento do Clube, dos investimentos serem carimbados, as verbas do Investimento são carimbadas, de forma que não podem ser utilizadas para outras atividades. Acho que no ano passado se falou de ter quase dois Clubes, um Investimento e outro Custeio, que acredito que esta Diretoria aceitou essa ideia e está apresentando de uma forma muito adequada. Tenho somente uma observação, ainda nessa linha de verba do Investimento, é que quando tratam da questão do índice de liquidez há certa forma positiva, quando na verdade isso se refere, essa liquidez maior se refere ao fato de não termos feito os investimentos e ter até aumentado o Fundo de Investimento, como o Diretor aqui mostrou. Então, não acho que seja bom, foi algo ruim, do ponto de vista do índice de liquidez deveria tirar esse Orçamento de Investimento que daria um resultado um pouco diferente. Mas não quero me alongar, têm outras coisas menores, fico por aqui, mais uma vez cumprimentando a Diretoria pela coragem de ter apresentado, no meu modo de ver de uma forma correta do orçamento. Obrigado.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – ... Vou trazer aqui alguns pontos muito baseados no pronunciamento do Gervásio. A primeira coisa que ele falou aqui foi que a Diretoria começou o ano já com um déficit na receita que era sabido e que a Diretoria conseguiu fazer um déficit de R\$500 mil a menos do que na verdade ela teria. Gente, a coisa é muito simples, se você já sabia que ia ter esse déficit deveria ter gastado menos o ano inteiro, porque se em janeiro já sabe que começou o ano com menos dinheiro, é simples, o Clube não controla, fica me dando impressão que a gente gastou e pronto. Não, não é assim, se você já sabe, você já sabe e deveria ter feito isso. O outro ponto trazido aqui foi a questão de que: Ah, o esporte gastou mais porque o superávit das gestões anteriores foi para o esporte e por isso aumentaram as despesas. Mais uma vez é um erro de planejamento, porque se você recebeu um dinheiro extra sabe que tem de gastar esse dinheiro extra com despesas eventuais e não despesas fixas. Então, não era para ter contratado mais atleta, não era para ter aumentado a despesa fixa do Clube, porque senão quando não tivesse esse dinheiro, o dinheiro ia acabar. E foi exatamente o que aconteceu. Ainda me sinto um pouco, queria entender verdadeiramente o que aconteceu, porque se vocês olham o R.A.M., até novembro de 2024 o Clube estava com um superávit de R\$2 milhões e em dezembro passou a ter um déficit de R\$2,5 milhões. Olhei todos os Relatórios de Acompanhamento Mensal e o Clube veio mantendo com uma constante. Aconteceu alguma coisa muito errada em dezembro que a gente consumiu o superávit de R\$2 milhões e, além de tudo, gastou mais de R\$2,5 milhões. Agora, todo mundo vem aqui e traz a solução mágica, restaurantes. Vamos acabar, restaurantes é o problema do Clube. Quero ler uma coisa que perguntei: Qual é a diferença entre você administrar uma empresa e administrar um país? Administrar uma empresa foca em gerar lucro e atender aos clientes. Administrar um país busca equilibrar interesses públicos, sociais e econômicos para o bem comum da população. Traduzindo isso para o Clube, o que é administrar um Clube? É equilibrar o interesse dos associados, sociais e econômicos para o bem comum do corpo associativo. O restaurante não tem que dar lucro, nunca teve. Outro dia presenciei uma cena super triste, associados trazendo suas “Coca-Colas” e salgadinhos para comer no Boliche, porque está caro. Vi isso, ninguém me contou. Já tinham me falado que estava acontecendo –

Quem me falou foi o Beyruth – mas estava lá e vi isso acontecendo. Então, assim, o restaurante sempre foi subsidiado e a gente está diminuindo o subsídio do restaurante, mas a mensalidade não diminui, na verdade a mensalidade aumentará acima da inflação. Então, hoje a gente está com um déficit de R\$3 milhões no restaurante, foi no ano passado. Se a gente diminuir esses R\$3 milhões a minha mensalidade vai abaixar? Vai subir a menos que a inflação? Não, esse dinheiro vai ter outra destinação. Tudo que a gente economiza no Clube some, nunca vira dinheiro em benefício para o associado. Acho que está na hora de a gente passar a pensar em gerar bem-estar para o corpo associativo, inclusive financeiro. Outro ponto que quero trazer aqui é essa proposta da Diretoria sobre como zerar o déficit. Sou contra, quero dizer por quê? Nós estamos aqui com uma proposta de reduzir em R\$925 mil a bonificação por assiduidade dos restaurantes. O que acontece? Hoje, restaurante já é uma mão de obra extremamente difícil. Hoje, qualquer garçom que está aqui no Clube compra um atestado falso, falta aqui no sábado, vai fazer um bico numa festa e ganha R\$200,00. O piso do funcionário do restaurante, senão me engano é R\$1.800,00. Nós estamos tirando R\$925 mil que só vai aumentar a insatisfação do associado que vem aqui comer, porque eu frequento a pizzeria do Clube toda sexta-feira, efetivamente faltam pessoas, não tem bem-estar. A outra coisa importante aqui é ajuste no plano de desligamento dos funcionários. Se você for olhar, em março do ano passado o *turn over* de restaurantes era 2%. Hoje, o *turn over* de restaurantes está 4%. Então, como que vai ajustar? Nós temos um Fundo de Emergência e esse dinheiro deveria ser tirado do Fundo de Emergência e não de uma área crítica do Clube, uma área crítica que atende ao associado todo dia e todas as ações que estão sendo tomadas aqui, a meu ver vão piorar a qualidade do serviço que o Clube presta aos associados. Sem contar a última, que é de R\$1 milhão, que é redução de 1% das despesas, que vocês vão se lembrar que na PO de 2023 o Clube falou que ia reduzir em 5% os insumos. Aumentou em 10. Gente, a inflação está aí, é muito difícil diminuir 4% os insumos se não fizer uma reforma profunda. Falo isso e repito, subsídio de restaurante é o subsídio mais democrático que existe no Clube. A gente subsidia o restaurante em R\$3,5 milhões, nós subsidiamos o Basquete profissional do Clube em R\$4 milhões e já foi R\$7. Todos os 38 mil frequentadores deste Clube podem se beneficiar do restaurante, pouquíssimas pessoas se beneficiam de um time de Basquete profissional. Obrigada.

Presidente – Conselheira Renata, apenas para que a Presidência possa esclarecer e bem orientar os trabalhos, V. Sa. estaria fazendo uma emenda modificativa no sentido de que a recomposição do capital de giro viesse do Fundo de Emergência e não tal como apresentado pela Diretoria, essa é a formulação de V.Sa.?

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – A minha formulação é tirar esses R\$2,5 milhões de déficit do Fundo de Emergência e não mexer em restaurantes, porque acho que vai prejudicar o atendimento.

Presidente – Nós vamos submeter ao Plenário.

Renata e Campos Guedes de Azevedo – Obrigada.

Renan de Freitas Poli (aparte) – Renata, esse déficit é orçamentário, assim, não é um passivo a descoberto, a gente não está devendo algo que não está previsto. Então, assim, minha pergunta é: Qual o sentido de a gente aprovar agora tirar do Fundo de Emergência?

Renata e Campos Guedes de Azevedo – Na verdade, Renan, vou te falar uma coisa. Vocês sabem que no Clube tem de projetar o equilíbrio orçamentário, simplesmente acho assim, o que está escrito aqui, se a gente aprovar isso na prática vai dar em nada, porque é uma coisa

que vamos querer fazer. A gente vai conseguir? Não, a gente não vai e depois vai vir aqui, a gestão já está acabando mesmo, vai falar: Puxa, que pena, não deu. Então, acho que a gente tem de começar a ser um pouco mais profissional e adulto e encarar nossos problemas de frente e não ficar dando respostas que são, tipo, não sei, não quero usar essa expressão, mas como dizem os americanos *pie in the sky*, porque isso daqui para mim é isso, é tipo proposta do Trump falando que está entrando bilhões nos Estados Unidos sem ter fato nenhum. Isso acontece demais. Então, como falei para vocês, a gente vem aqui e reclama que não comprou, que não trouxe para a Diretoria aprovar o recurso do Fundo Especial, isso é um problema. Agora, aprovar uma obra na segunda e começar na terça: Ah, não é problema. E o Cardia até me lembrou, foi campo de futebol, foi o elevador também. O elevador aprovamos a reforma num dia, no outro já estava pronto. Nós temos os melhores fornecedores do mundo. Então, acho que a gente tem de ter, mais do que você aprovar, acho que a gente tem de ser adulto e encarar os problemas de frente. Se a gente aprovar essa regulamentação aqui, aprova, resolve o problema e tudo isso. Vai acontecer? Eu vou dizer para vocês que acho que tem pouquíssimas chances. Então, vamos ser adultos, vamos tirar o dinheiro do Fundo de Emergência, porque pelo menos tirou o dinheiro de algum lugar e sabe.

Renan de Freitas Poli – Meu aparte é bem isso, se a gente tira esse dinheiro do Fundo de Emergência sem uma destinação, porque a gente está com passivo a descoberto, qual seria a utilidade de a gente aprovar isso agora ou não fazer nada com relação a isso?

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Não fazer nada realmente não sei, Dr. Manssur pode dizer melhor do que eu, mas acho que a gente tem de propor o equilíbrio orçamentário. Então, é por isso que está tendo essa proposta. Para mim, um Clube que tem R\$100 milhões no Fundo de Investimento – Nem sei porque tem R\$4 milhões no Fundo de Emergência. Gente, R\$4 milhões para um Clube que tem R\$300 milhões de orçamento, é nada, é querer resolver enchente com colher, tirando da sua casa com colher. Esse Fundo de Emergência fez sentido em algum momento do Clube. Para mim nem faz mais sentido hoje, R\$4 milhões para o Clube é nada e qualquer emergência que tenha de R\$4 milhões a gente tem dinheiro para tirar – Então, é minha proposta.

Renan de Freitas Poli – Obrigado.

Presidente – Obrigado, Conselheira Renata. Conselheiro Efetivo José Manssur, em seguida vou solicitar ao Plenário, porque mencionadas várias vezes a Comissão Permanente Financeira, quero crer que a Comissão Permanente terá direito ao devido contraditório para que possa apresentar seus esclarecimentos mormente com relação às emendas formuladas da tribuna pelos Conselheiros.

José Manssur – ... Já está claro, Sr. Presidente, que estamos aqui a discutir a Reunião Ordinária obrigatoriamente a cada ano, realizada na segunda quinzena de abril para apreciação do Relatório da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício findo e que são apresentadas com parecer do Conselho Fiscal – E registro a presença de integrantes deste órgão de fiscalização. Além do parecer do Conselho Fiscal devidamente apresentado, constou do processo o parecer dos Auditores Independentes, que opinaram, como V. Sa. bem salientou, sobre as demonstrações contábeis, tendo merecido o referido órgão a opinião de que foram exibidos adequadamente em todos os aspectos relevantes a demonstrar a posição patrimonial de nossa Entidade, em 31 de dezembro de 2024. Foram ouvidas também, como V. Sa. salientou, todas as Comissões Permanentes, que são órgãos consultivos, Art. 20, do Estatuto Social, de assessoria da Diretoria e do Conselho e que à luz do Art. 64, do Estatuto Social, podem, Sr. Presidente, por iniciativa própria fazer recomendações

ou sugestões ao Conselho Deliberativo e à Diretoria. Assim sumariada a matéria, saliente-se que a douta Comissão Permanente Financeira em seu bem alentado parecer, capítulo 5, considerações finais, formulou nove recomendações e que entendo possam ser consideradas com a necessária atenção pela Diretoria, órgão executivo que, como disse a digna Comissão Financeira, isto foi feito visando ao aprimoramento da gestão. Então, são recomendações, que como todos sabemos são sugestões apresentadas à Diretoria. Além das referidas recomendações – aqui é o ponto nodal da minha manifestação, à luz até do que foi dito aqui e brilhantemente pelo Dr. Fein, pelo Dr. Serine, no sentido de nós respeitarmos os nossos ordenamentos, fundamentalmente – Além das recomendações, a Comissão Financeira apresentou emenda a um relatório da Diretoria, qualificando-a como aditiva, de natureza jurídica *ex post* – Veio o latim à tona – tendo como objeto a destinação dos recursos do Fundo Especial na quantia já falada de R\$3,98 milhões, conforme o anexo 1º da emenda aditiva. Mister esclarecer, apenas em respeito as senhoras e aos senhores, embora todos saibam, que emenda *ex post* – Cujo antônimo é *ex ante*, o latim está bem aqui – significa uma alteração após o fato, ou seja, alteração ou correção feita após avaliação ou análise de determinada situação. Como disse o Conselheiro Serine, louvável a preocupação que visa, palavras de S. Sa., sanar para que não haja qualquer comprometimento, uma situação concernente à utilização do Fundo Especial. Todavia, Sr. Presidente, como já dissera em várias oportunidades, o Conselho Deliberativo quando decide – Por isso que é deliberativo, é deliberar – ele transforma suas decisões – E aí o cuidado – em resoluções – E este o mote que me trouxe à tribuna – resoluções que constituem precedentes, para serem observados como normas estabelecidas quando interpretam o Estatuto Social ou os Regimentos, confirmam Arts. 99 e 92, do Regimento Interno do Conselho Deliberativo. Pois bem, Sr. Presidente, a Comissão Permanente, como todas, apresentou recomendações, mas ela apresentou essa emenda aditiva. As Comissões podem apresentar emenda – tanto que elas são obviamente deliberadas aqui até posteriormente ou preferencialmente – enfim, podem apresentar emendas. Mas o que é uma emenda? Está no Art. 45, do Regimento Interno, Dr. Cardia: Emenda é proposição visando alterar parte de uma proposta – Não é o Manssur que está a dizer isto, é o Art. 45, que tem de ser respeitado – Então, uma proposição para alterar proposta. Sucede, no entanto, que o relatório da Diretoria não é proposta, logo não há o fato gerador para se apresentar emenda. Poderia estar aqui até a sustentar o não conhecimento, porque não existe proposta, existe um relatório, que como diz em esmerada doutrina, é a peça que representa a situação financeira da Entidade no período findo, refletindo a situação patrimonial com apresentação de balanço, demonstração de resultados. Não é proposta, é contar a história de como foi realizada a peça orçamentária. Se não é proposta, ela não pode ser emenda. Mas eu não vou pedir o não conhecimento, não vou pleitear, porque como dissera em assentada anterior, nós estamos aqui para decidir e decidir o mérito. E há uma solução para esta impropriedade – Que tenho certeza que com a grandeza do Professor Aloísio, ele irá concordar – poderia vir sim como nota explicativa – E o artigo, Dr. Pedro Paulo Gasparini, por quem de público externo o respeito e admiração que lhe tenho – A lei das sociedades anônimas, no Art. 176, parágrafo 4º, estabelece que as demonstrações poderão ser objeto de notas explicativas para que fiquem fazendo parte integrante do relatório das demonstrações financeiras, mas não como emenda, porque senão nós estaremos criando um precedente aqui hoje, como disse muito bem, Dr. Fein, Dr. Serine, para tentar sanar uma utilização atípica do Fundo de Investimento sem solicitação a esta Casa. Mas amanhã poderá vir uma emenda aditiva tentando regularizar porventura uma locação acima de 30 dias, que tem de passar pelo Conselho, mas vamos fazer uma emenda aditiva para regularizar. Abre-se um precedente grave. Então, a solicitação e a colocação que faço é no sentido de que seja recepcionada da Emérita Conselheira que me antecedeu, por quem nutro um enorme respeito pelo seu talento e pela sua capacidade, também como nota explicativa, a colocação da Comissão Financeira como nota explicativa, porque só pode emendar onde proposta houver e proposta não há, logo não se pode

emendar. Passo a votar, Sr. Presidente – Respeitando o tempo, porque a fiscalização do tempo aqui... Olha lá, tocou. A fiscalização é grande e os fiscais do tempo já irão me chamar atenção – Pelo meu voto, Sr. Presidente, aprovo as demonstrações financeiras do exercício findo apresentadas pela Diretoria e consubstanciados no relatório, acompanhados do parecer dos Auditores Externos Independentes e do Conselho Fiscal. Esse é o voto principal. Outrossim e quanto à emenda aditiva ex post apresentada pela Comissão Financeira – Tenho certeza que ele irá concordar pela grandeza até ex professo que tem – voto no sentido de que seja recebida como nota explicativa, como todas as demais, a do Dr. Fein, a do Dr. Serine, a da Conselheira Emérita Renata Campos, que seja recebida como nota explicativa, a fazer parte integrante das demonstrações contábeis e financeiras, o que é permitido pela lei do anonimato, cujo artigo citei, suprimindo desta forma a inapropriedade de se falar em emenda aditiva, modificativa, porque não há emenda onde não houver proposta, com o fito específico de preservar a higidez deste ordenamento institucional que tanto lutamos e, sobretudo, a independência e autonomia dos Poderes, a impedir que órgãos de outra natureza, embora importantes, venham a adentrar na competência de outro órgão, o que traz evidentemente certa invasão de competência. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Presidente – Muito obrigado, Conselheiro Efetivo José Manssur. Nós iremos em seguida encaminhar devidamente a votação ao Plenário. Vamos ouvir o Presidente da Comissão Permanente Financeira.

Aloísio Bueno Buoro – ... Em função das várias dúvidas ou várias questões que foram trazidas aqui em relação ao relatório. Acho que o relatório traz excelentes e boas novidades do seu formato, da sua linguagem, acho que a gente tem um caminho importante para trilhar a partir desse tipo de experiência. A proposta que nós fizemos tem o sentido único e exclusivo de anuir, trazer para nós Conselheiros anuência de que, sim, foi feito um gasto que não deveria, ter sacado do Fundo Especial de Investimento. Deveria ter avisado em 30 dias, não o foi e, portanto, depois de todo o período percorrido, a gente tem de corrigir, pelo menos anuir isto aqui. Foi com esse espírito de anuência que a gente fez, que a gente elaborou a proposta. Têm nossas sugestões, acho que são um bom indicador de plano de Governo para a próxima Diretoria que vai trazer, então, não vou tecer grandes questões em relação a isso, porque recorrentemente as Comissões e é algo sobre o qual a gente vem tratando isso aqui no Conselho há um bom tempo. Mas em relação a esta nota explicativa, ela tem uma questão conceitual que para mim é meio complexa aqui. Vou tentar traduzir isso daqui da seguinte forma. É muito difícil para mim, que tenho formação em economia e marketing, mas traduzir o mundo do jurídico. Como também acho que é muito difícil o jurídico traduzir o mundo das finanças. Isso eu ouvi do Presidente Guilherme, relatando a respeito da maneira como o relatório mesmo está escrito. Durante muito tempo a gente olha para essas coisas e o relatório tem uma linguagem hermética. Hermética para quem não consegue, não traduz o linguajar, o jargão e assim por diante. E por várias vezes aqui no Conselho termos que são muito claros e objetivos do ponto de vista contábil, do ponto de vista financeiro, eles são muito difíceis e muito áridos para outros campos de entendimento, é o que está claramente acontecendo aqui quando a gente fala sobre notas explicativas. Entendo que há uma forma de a gente entender nota explicativa como um caminho para a questão da proposta, mas a nota explicativa por si só tem de reconhecer alguma coisa que está absolutamente factual aqui no relatório e isso não foi. Então, ela não explica alguma coisa que não está clara, a gente precisa tecer comentários para chegar ali. Por isso a proposta. Entendo o aspecto, acho que também do jargão jurídico, que só pode fazer proposta se houver uma proposta, não um relatório. Mas o relatório é de certa maneira, além de um relato, ele é uma proposta, porque tem de ser votado. Então, entendo que têm caminhos pertinentes aqui, possíveis, mas do ponto de vista formal mesmo, conceitual, uma nota explicativa não resolve a questão da anuência nossa,

Conselheiros, sobre o fato de ter sido gasto do Fundo Especial e não ter sido avisado. Acho também que nós Conselheiros precisamos ter, esse fato tem se repetido em diversos relatórios, então, a gente tem certa dificuldade de reconhecer isso no R.A.M. A gente acompanha o R.A.M., a gente acompanha as demonstrações. O atraso das informações do R.A.M. interfere na maneira como a gente percebe isto, a gente demora para perceber essas informações, apesar de as reuniões trimestrais que a gente tem com a Diretoria para explicação, assim por diante, então, esses fatos dificultam muito a gente entender a natureza dos gastos e dos dispêndios, o prazo onde isso acontece. Então, a gente demora e recebe o relatório três meses depois do ano findo e aí que vai tentar entender essas explicações. Houve várias reuniões com a Diretoria, ela explicou diversas coisas, a gente levantou senão estiver enganado 19 pontos, que foram muito bem esclarecidos. Tiraram as nossas dúvidas e foi por isso que surgiu essa ideia da proposta que o Conselheiro, também já foi falado aqui, a redação da proposta é alguma coisa que poderá ser emendada ou não, faço coro às vozes do Conselheiro, se a redação tirar a palavra pequena, tirar qualificadores acha que melhora. Toda vez que a gente tira qualificador de textos econômicos, financeiros e contábeis tanto melhora para o nosso entendimento. Então, desta forma, se houver uma retificação do relatório não no formato de nota explicativa e a retificação do relatório for algo possível do ponto de vista jurídico pelo nosso ordenamento, então, acolho a queda da proposta que a gente está fazendo. Se a retificação não puder ser feita, a proposta continua de pé, porque entendo que não há uma contradição entre uma proposta e a natureza objetiva do relatório.

José Manssur (aparte) – Jamais haveria uma contradição num trabalho feito pelo senhor. A nota explicativa acresce, vai crescer, serviria como uma rerratificação, uma retificação do relatório da Diretoria, fica fazendo parte integrante – Esmerada doutrina – o senhor sabe que quando assumo, já conversamos, é depois de várias leituras, ainda que houve feriados que me permitiram fazer essas várias leituras – E me preocupou, não neste caso específico, porque como falara antes, as resoluções passam a integrar, interpretando o Estatuto, como norma estatutária e amanhã poderá vir num relatório uma emenda ou modificativa ou aditiva ou supressiva ou até substitutiva, no sentido de dar alguma conotação – Vou fazer o aparte...

Aloísio Bueno Buoro – Resoluções.

José Manssur – As resoluções. Vou fazer, são dois minutos e quero respeitar profundamente. Então, o senhor já avançou, Dr. Cardia nos auxiliou, a nota explicativa diz... O Art. 176, parágrafo 4º, alínea "h" e "i" contempla especificamente a hipótese, muito bem lançada pelo senhor em sua bela Comissão, na emenda aditiva, que são os ajustes que porventura não foram esclarecedores. Ou foram, no caso aqui, omitidos. Quero dizer omitidos – E me permita, Presidente, é somente um esclarecimento, até para todos – às fls. 33 da ata da proposta orçamentária do ano passado, o eminente integrante do Conselho Fiscal, opinião que foi placitada pelo Professor Aloísio, dizia, às fls. 33 – Quem tiver aqui pode olhar, da ata da apresentação da proposta orçamentária – Que estas despesas – Como aqui foi dito por um Presidente de sempre – operacionais, diante da urgência em se tomar uma medida, que às vezes não dá o tempo dos 30 dias de chegar aqui, aprovar e se fazer – Sem embargo das pertinentes considerações da Professora Renata – ele dizia que as Diretorias anteriores já faziam isso – Não tenho compromisso com os equívocos – Mas, como o senhor colocou, isto é uma prática reiterada. E como disse o Conselheiro Serine, e aí o cumprimento, o senhor apresentou uma forma de se ajustar esta situação, mas não pode ser, com a devida vênia, através de emenda aditiva, mas sim através de uma nota explicativa que fica fazendo parte integrante do relatório da Diretoria. Então, a colocação que faço é se o senhor, diante da inserção e de que fique fazendo parte integrante, se o senhor concordaria que viesse como

nota explicativa? É somente essa pergunta que faço ao senhor. E peço desculpas porque passei dos dois minutos.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Eu tinha expectativa que no início de seu pronunciamento fosse invocado o seguinte: O que este Conselho faz quando delibera? Ele delibera em cima do quê? Estamos deliberando em cima do quê? De uma proposta ou não? Nós estamos deliberando uma proposta da Diretoria para que se aceite ou rejeite a prestação de contas. Quando discutimos de que forma encaminharíamos isso, conversamos com o Presidente do Conselho e a orientação foi: Uma emenda modificativa, aditiva. Pensamos muito sobre isso e discutimos conjuntamente. Então, nesse sentido eu gostaria do seu esclarecimento a este Plenário em relação ao que nós fazemos aqui, para assim poder encaminhar isso como uma proposta ou não. O fato é o seguinte, uso de recursos do Fundo Especial tem de ser autorizado pelo Conselho obrigatoriamente, coisa que no pronunciamento do Conselheiro Renan, muito respeitado, eu não consegui perceber a diferença entre o que ele falava de Custeio de um valor de R\$2 e R\$3 do Fundo Especial. A gente precisa separar isso. Eu gostaria que trouxesse esse esclarecimento aqui para orientar o Conselho em que ele vai fazer hoje: Deliberar. Deliberar em cima do quê? De uma proposta. De uma proposta de aprovar ou rejeitar a prestação de contas.

Aloísio Bueno Buoro – Perfeito. Muito obrigado, Luís, como sempre muito bem esclarecido. A Comissão Financeira, como um todo, é exatamente isso, o nosso entendimento, em nossas discussões ao longo de todo tempo, consultamos formas, formatos de fazê-lo e a mais adequada, entendida foi a proposta de emenda, porque a gente entende sim que o que a gente está a fazer aqui e o que se faz na deliberação, na votação e somos nós que aprovamos, como já foi dito aqui, não é nenhum outro tipo de Conselho, somos nós, este Conselho que aprova ou não a proposta do relatório da Diretoria. É isso que estamos a fazer. Portanto, desta natureza, que é a contradição que há entre o que a gente fez e os pronunciamentos anteriores, que faz exatamente isso. Ainda acho que tem uma confusão aqui que a gente faz recorrentemente entre esta linguagem, que não é uma barreira, mas entendimento do mundo financeiro com entendimento do mundo jurídico. A gente precisa trafegar bem sobre essas questões aqui.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos (aparte) – Primeiro, queria te agradecer porque mencionei seu nome e estava aguardando seus esclarecimentos. Fui eu que falei das questões jurídicas, embora o Serine tenha falado com muita propriedade, queria te dizer, Aloísio, que, assim, se a gente não tiver cuidado com as questões jurídicas – Não sei de quem foi aquela fala, aquele fecho do relatório da Comissão, ouvi outros advogados aqui falando – Como isso é uma autorização para perpetuação em coisas erradas. A gente está em 2025, meus pais faziam coisas equivocadas, como fumar. Minha mãe fumou na minha gravidez, duvido que uma grávida fume hoje. Meu pai dirigia embriagado e assim por diante. Então, nós precisamos renovar o pensamento...

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Gente, eu não vejo o menor sentido nisso. Então, assim, era feito errado, a gente precisa fazer o certo, até porque procurei na Revista do Pinheiros a compra desses R\$500 mil em simuladores de escada e não achei. E até onde saiba, a Revista do Pinheiros é o veículo onde devem ser publicados todos os contratos do Clube. Por que R\$500 mil de compras de escadas não estão lá? Então, a gente ouve vocês falarem da Comissão Financeira, da demora do trato de documentos. A gente ouve por outro lado a gestão falar da demora do Conselho. Aí de demora em demora a gente vai deixando cair pelo

caminho questões, conceitos econômicos e financeiros, conceitos jurídicos e é o Clube que vai caindo aos pedaços. Então, queria te pedir desculpas se de alguma forma o critiquei de uma maneira muito enfática, essa leniência que parece que o relatório da Comissão Financeira tem com deboche ao Conselho, a dizer assim: Olha, não precisa, a gente pode usar R\$4 milhões sem aprovação. Queria somente te pedir desculpa, mas é pura e técnica minha.

Aloísio Bueno Buoro – Ótimo.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Queria esclarecer uma dúvida com o Presidente do Conselho, porque entendo como o Serine disse, a instrumentalidade das formas tanto faz contanto que se alcance o objetivo de que essa proposta que ele formulou resolva a questão. A minha dúvida é a seguinte, na medida em que não achei processo de licitação, não achei contrato, não achei nada, aprovação dessa proposta do Serine resolve apenas contábil, econômica e financeiramente? Ou ela também é um salvo conduto de um desvio que possa ter havido no processo de licitação de uma contratação, se juridicamente essas aquisições também vão estar aprovadas do ponto de vista jurídico como OK? Compraram sem licitação, compraram sem contrato, está tudo certo? É uma pergunta, Presidente.

Presidente – Só um minutinho, Conselheiro Antonio Moreno Neto. Vou fazer o devido enquadramento, mas, primeiramente, permitirei ao Conselheiro Aloísio, Presidente da Comissão Permanente Financeira responder à ilustre Conselheira, em seguida farei o esclarecimento ao Plenário. Conselheiro Cardia gostaria de fazer um aparte também?

Aloísio Bueno Buoro – Acho absolutamente saudável a gente ter esse tipo de discussão, qualquer tipo de crítica não entendo como crítica, principalmente quando se trata de questões de origem, que chamei aqui de formação, o entendimento, a maneira como a gente pode pensar, como somos diferentes, é absolutamente fundamental qualquer tipo de crítica que tenha e a gente tem de construir em cima disso. A nossa grande preocupação ao entender, ao estudar o relatório como um todo, é que ao saber disso, ao constatar: Olha, foi gasto R\$3, R\$4 milhões aproximadamente sem o devido ordenamento e tudo mais. Bom, em nosso ordenamento têm algumas alternativas onde isso pode ser feito em 30 dias. De aviso, pode ser feito desde que haja questões econômicas, assim por diante, como já foi dito aqui, tem um espaço grande de interpretação, vamos dizer assim, a gente não é absolutamente preciso nisto aqui. Então, essa é uma questão para a gente. A natureza, o que menos me incomoda nessa discussão toda aqui é que a natureza dessa atividade pode sim ser reconhecida e a forma como a gente pode reconhecer, como a gente enfrenta isto, como a gente encara esse tipo de problema é por meio do planejamento que a gente faz. A gente fez nove recomendações, dentro das nove recomendações, que chamei aqui de plano de Governo, alguma coisa, têm questões dessa natureza. Também já foi dito aqui por outro Conselheiro que a maneira como a gente está fazendo apropriação do déficit ou do superávit, tudo mais, a gente melhorou desta forma, fica um pouco mais claro. Mas a gente ainda precisa guiar, guiar não, a gente precisa ter isto regrado em nosso ordenamento. A gente não o tem, ainda tem um espaço muito grande de interpretação, como estou chamando aqui. A questão fundamental aqui, acho que a gente está concordando que isso foi feito, está no passado, a gente está aprovando a proposta de relatório da Diretoria que está no passado. Para que a gente aprove, sabendo do que foi feito a gente precisa tomar uma decisão sobre como foi feito isto. Essa é a primeira questão. Isso em momento nenhum significa que, do ponto de vista da proposta que a gente está fazendo significa um salvo conduto, os termos que a gente quiser dizer, para as próximas. No entanto, a forma do nosso relatório garante que isso não é um salvo conduto é via planejamento. Ou seja, a gente vai olhar para a próxima PO que será feita. Vai reger na próxima PO quais são os carros ou quais são os elementos, computadores, quais são as coisas

que podem nos próximos 365 dias do ano de 2026, que vai ser quando a gente vai fazer a próxima PO, estão em processo de deterioração que precisam ser investidos com nosso dinheiro de Investimento. Então, são coisas distintas o que a gente está fazendo do ponto de vista de gestão, de orçamento, de aprovação da proposta de relatório que a Diretoria está fazendo agora e do nosso regramento. Nosso regramento abre, está aberto, tem um espaço muito grande de interpretação. Por isso entendo que tem certa confusão e o debate aqui, concordo plenamente, tem uma questão jurídica que é absolutamente fundamental que a gente faça, porque é absolutamente fundamental, não tem o que falar aqui.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Obrigada.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia (aparte) – Conselheiro Aloísio, meu questionamento a V. Sa. É vazado nos seguintes termos: O Conselheiro Manssur fez um pronunciamento aqui em relação apenas à forma, a sugestão que a Comissão Permanente Financeira em seu alentado parecer trouxe ao Plenário. Perguntaria ao senhor, do ponto de vista da essência, da prática não vai mudar em absoluto, só a forma, que o Conselheiro Manssur, justamente para não abrir precedente, a forma que ele sugere e concordo, e perguntaria ao senhor se a Comissão Financeira, no caso o senhor, concordaria que ao invés de ser considerado uma proposta e sim uma nota explicativa, ressaltando, na esteira do que o Conselheiro Manssur colocou, que não essência, na prática não muda nada, nota explicativa ou uma proposta seria exatamente o mesmo sentido.

Aloísio Bueno Buoro – Entendo, se na prática não muda nada, a gente não está diante de um relatório, a gente está diante de uma proposta de relatório.

Rodolfo José Sanchez Serine (pela ordem) – É rápido, Sr. Presidente. Queria somente encaminhar um questionamento a V. Sa., pelo seguinte. Veja bem, com relação ao pronunciamento do Conselheiro Luís Sousa, ao qual me associo com relação à interpretação, é óbvio que se a Diretoria encaminhou um relatório de prestação de contas a esta Casa, ela o faz aguardando que este Plenário decida pela aprovação das contas, ela não vem aqui buscando a rejeição. Então, ela propõe certa medida, mesmo que de forma implícita, que este Plenário delibere e aprove ou rejeite. A única forma de nós promovermos e sanarmos o vício identificado na proposta é através de uma emenda que modifique, inclua, substitua, como quiserem e que faça sumir esse vício da proposta, para que possamos então votar. Se não for possível se fazer essa votação hoje, sanando o vício existente, não vai ser possível aprovar as contas. O único caminho que vai restar ao Plenário vai ser a rejeição, porque não se pode votar e aprovar que está viciado, é preciso sanar esse vício. Nós vamos precisar trazer essas propostas de utilização de verba ex ante ao Plenário, para que sejam aprovadas a utilização das verbas, para então na sequência, sanado o vício, se aprovar ou rejeitar a prestação de contas. Então, queria saber de V. Sa. se vai ser possível esse encaminhamento ou não, porque já vai resolver praticamente toda a questão em discussão. Muito obrigado.

Presidente – Conselheiro Serine, somente em respeito ao Presidente da Comissão Permanente, V. Sa. concluiu o pronunciamento?

Aloísio Bueno Buoro – Concluí.

Presidente – O Conselheiro Poli gostaria de fazer um aparte? Conselheiro Gasparini gostaria de fazer um aparte ou uma questão de ordem?

Pedro Paulo Wendel Gasparini – Questão de ordem.

Presidente – Conselheiro Poli gostaria de fazer um aparte ao Conselho Aloísio, em seguida vou me pronunciar.

Renan de Freitas Poli – Só sobre essa celeuma de colocar nota aditiva ou aprovar uma emenda e a gente tem as recomendações. Entendo que para a área financeira possa ser um desconforto quando a gente tem as notas explicativas já como parte das demonstrações contábeis, mas qual seria o problema em sua opinião de se aprovar como recomendação o parecer?

Alexandre Perrone Lomonaco (fora do microfone) – Ele fez uma proposta.

Presidente – Conselheiro Lomonaco, um minutinho, por favor.

Aloísio Bueno Buoro – Não sei se entendi direito. A gente está só reiterando, a gente está fazendo uma proposta em função da proposta, como foi dito aqui, da proposta de relatório da Diretoria. A gente fez uma proposta modificativa dessa questão, não é uma nota explicativa porque nota explicativa do ponto de vista de um relatório contábil tem uma função muito objetiva, muito direta. O ponto é esse.

Renan de Freitas Poli – Obrigado.

Pedro Paulo Gasparini (questão de ordem) – Presidente, é uma observação para um encaminhamento para partirmos para votação, sem querer cortar a palavra de mais alguém. Primeiro, quero agradecer ao Dr. Manssur que teve uma deferência enorme em me citar e retribuiu o carinho do senhor.

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Presidente – Por favor, Conselheiros.

Pedro Paulo Gasparini – Estou sendo educado com o senhor. Acho que não merece tanto, com todo respeito, tanto debate. Todo mundo sabe que uma assembleia, quando a assembleia entende que houve um erro grave, como disse bem o Serine, pode rejeitar essas contas, isso seria na verdade a clássica lição, erro grave que não dá para emendar, rejeita as contas. Mas se nós podemos no direito societário, mesmo depois de aprovadas as contas, numa assembleia seguinte fazer a retificação com muito mais razão, enquanto estamos deliberando nós podemos aceitar uma proposta de retificação, que a assembleia é soberana. Põe em votação e aprova as contas. É minha contribuição.

Presidente – Conselheiro Aloísio concluiu o pronunciamento. Existem dois ilustres Conselheiros inscritos: Conselheira Vanessa e Conselheiro Alexandre Lomonaco. Vou permitir ouvir, com todo respeito e consideração esses dois Conselheiros, em seguida farei o devido esclarecimento ao Plenário com relação a todos esses questionamentos que foram submetidos à Mesa.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – ... Na minha curiosidade, eu questioneei o Dr. Gervásio acerca do que foi dito pela excelente Renata, que é uma profissional em conteste, sobre a questão que em dezembro ter de repente aparecido um valor negativo expressivo, ela não sabia o que aconteceu e o Gervásio me mostrou que à página 19, em novembro de 2024, lá embaixo já existe o orçado de R\$5.524.095,00, o realizado de R\$2.132.337,00 e já em

novembro tinha um negativo de R\$3.341 milhões. Em outubro era R\$2 milhões negativos. Então, foi um crescendo que inclusive se esclareceu com o Dr. Buoro, que disse que a Comissão Financeira demora um pouquinho para receber esses números e que depois fez nove considerações que foram esclarecidas. Era essa a minha colocação, Presidente. Boa noite a todos.

Alexandre Perrone Lomonaco – ... Desculpa mais uma irritação, mas é assim, não é possível que fazer um aparte passe agora a ser também tentar convencer quem está na tribuna, que já reiterou por várias vezes que está fazendo uma emenda que não é emenda, que, veja, vamos pôr na borda da página, não sei o quê. Não é possível fazer isso num aparte, desculpa, o cara vem aqui e dá opinião. Veja, senhores, na realidade nós temos – Esse é um daqueles dias que chego aqui meio sem saber muito bem o que fazer – Nós temos na verdade uma situação estranha que foi trazida, mas resolvida pelo Gasparini, que é nós temos de resolver alguma coisa. Veja, se eu admito que não pode fazer proposta na emenda, não podemos fazer emenda aqui sobre uma prestação de contas significa exatamente que nós queremos dizer sim ou não. Mas nós temos um problema para dizer sim, que a Conselheira Renata trouxe aqui que para fazer o acerto do déficit gerado em Custeio de R\$2,5 milhões senão me falha a memória no momento, a gente usasse o Fundo de Emergência e não a proposta da Diretoria, que seria inexecutável. E temos outra proposta, que é a Diretoria já não fez aprovação correta do uso do Fundo de Investimento. Então, por gentileza, – Até discuti com o Luís quando ele trouxe em nossa reunião – mas, por gentileza, eles falam: Não, vamos resolver. Veja, tanto essa proposta da Conselheira Renata Campos quanto a proposta da Comissão Financeira têm um problema que nós vamos acabar levando para o futuro. Aliás, nós já o levamos, que é a Diretoria não segue os preceitos. Então, veja, está lá escrito claramente: Não pode ter déficit, é para ser equilibrado. Mas algumas Diretorias reiteradamente têm trazido déficit e a gente aqui tem sempre tocado para frente. O que fazemos hoje? Negamos? É difícil, não dá nem para fazer: Não, vamos, se esta Diretoria cometer o mesmo erro – Não, esta Diretoria não terá essa oportunidade por decisão justificada do nosso Presidente atual de não concorrer, questões familiares, não cabe aqui a discussão, não faz parte do assunto – Então, veja, temos, primeira opção, a meu ver negar. Não me parece uma boa opção. Então, vamos à opção 2, aprovar. Mas aprovar também a proposta da Renata Campos, que usa o Fundo de Emergência. É bom usar o Fundo de Emergência, Lolo? É lógico que não, porque a chance de a próxima Diretoria fazer a mesma coisa é igual e alguém vai dizer: Como disse aqui a Dra. Renata Campos – Engenheira, né, Renata? – A Engenheira Renata Campos, podemos usar o Fundo de Emergência, porque ele é “semi-inútil”, está lá e tal, vamos usar o Fundo de Emergência. Autorizamos mais R\$2 milhões de perda. Mas é melhor a gente autorizar isso e deixar mais uma vez essa corda bamba? Ou negar a prestação? É o que nos cabe. E a questão 2 é, na questão da não aprovação em contas temos na realidade duas aditivas, a meu sentir, que na realidade preferiria que fosse...

José Manssur (fora do microfone) – Retificação.

Alexandre Perrone Lomonaco – Não, fosse como aditiva mesmo. Mas é uma mudança, o nome não importa muito do bicho, até como disse o Serine, o que importa é o seguinte, a solução, dada tanto pelo Conselheiro Serine, mas que nasceu dentro da Comissão Financeira é fazer uma proposta de aprovação aqui porque nós somos legais, porque não foi feito, não foi cumprido o que deveria. Acho prudente fazer essas duas aprovações pessoalmente, então, aprovar a conta e aprovar as duas propostas, tanto da Engenheira Renata Campos quanto da Comissão Financeira. Apenas queria, Serine e Membros da Comissão, que decidissem por uma das duas, qual é o texto melhor, porque ter de fazer julgamento das duas é ruim. Mas é essa minha visão. Veja, estamos aqui para decidir, OK, a Diretoria errou mesmo, já falamos disso,

vários vieram aqui, falaram, tal e acho que vamos em frente, mas acho que só temos essas duas propostas e fazer proposta, emenda em tudo que vier ao Conselho não me parece possível, para ser muito honesto.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo (aparte) – Então, no seu entender, o que estamos aprovando aqui, as contas ou o relatório da Diretoria? Porque, veja, são duas coisas distintas, se você mandar essas contas para qualquer contador, para qualquer auditor fiscal, as contas estão certas, as contas fecham e estão certas, não tem nenhum problema com a conta. O que está errado é a postura da Diretoria, não a postura, mas administração da Diretoria dentro dos nossos procedimentos, concorda?

Alexandre Perrone Lomonaco – Concordo, inclusive...

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Então, assim, quando um Conselho rejeita as contas é porque houve uma modificação nos números, houve, como o pessoal fala, uma maquiagem no resultado ou qualquer outra coisa. As contas estão corretas, o que está errado foram os procedimentos adotados pela Diretoria. Eu acho que a gente tem de separar isso, as contas é uma coisa e o que a Diretoria fez é outra coisa. Posso falar uma coisa, pode pôr nota explicativa, pode fazer Comissão, fazer não sei o que lá, sabe o que acontece? Não temos instrumentos para impedir que isso aconteça. Sabe por quê? Porque quem gere o dinheiro é a Diretoria, o dinheiro sai da Diretoria. Isso só vai funcionar o dia que o Clube tiver um sistema de ERP, onde todo dinheiro que sai da conta Fundo de Investimento tem de ter uma aprovação eletrônica do Presidente do Conselho, senão não libera. Então, assim, não adianta a gente querer controlar o incontrolável. Hoje o Clube não tem ferramentas. E vamos ser bem honestos com a coisa, que acho que, de novo, a gente tem de ter uma verdade dentro da gente. Nenhuma Diretoria cumpriu a previsão orçamentária. Nenhuma. ... Se o negócio é cumprir a previsão orçamentária *ipsis litteris*, nenhuma cumpriu. E a gente não têm instrumentos para impedir que isso aconteça.

Alexandre Perrone Lomonaco – OK, obrigado. Na realidade isso não parece muito aparte, mas OK.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Desculpa, Lolo.

André Guena Reali Fragoso (aparte) – A minha dúvida e do Buoro, se você vai tirar o dinheiro do Fundo de Emergência estará justificando que é para cobrir os déficits de Restaurante, certo?

Alexandre Perrone Lomonaco – Não é de Restaurante, é déficit do Custeio.

André Guena Reali Fragoso – Déficit do Custeio. Precisa recompor ou não esse Fundo?

Alexandre Perrone Lomonaco – Ou a gente vai recompondo todo ano ou vai fazendo o certo, que é equilibrar. Ou vai acontecer o que aconteceu há alguns anos, que a gente chegou em R\$14 milhões na soma de ano a ano e aí o sócio teve de pagar por seis anos. Então, o Cappellano teve de se esforçar, acho que o Ivan na Diretoria dele também e esta Diretoria voltou a achar que não precisa, que ela pode ir prolongando. Põe lá e um dia a gente cobra de novo do sócio, porque a conta é corrente, essa que é a dificuldade. Então, veja, o Clube não fica negativo porque a conta de Custeio e a conta de Investimento estão no mesmo banco, na mesma conta. Se tivesse em dois bancos nós teríamos uma conta superavitária e uma conta devendo R\$2,5 milhões, essa é a diferença. É que o nosso está tudo junto, então, a gente vai

gastando. Um dia acaba seu Investimento – Que não acaba porque tem lá R\$100 milhões e aí resolve – Então, veja, o que estou fazendo é pegando o erro desta Diretoria e não transferindo para a outra, sabedor que se a próxima Diretoria fizer a mesma coisa nós vamos ter exatamente a mesma discussão. E acho que isso só se resolve em voto. Não estou incentivando nenhum voto, mas nós precisamos que quem se eleja para qualquer cargo siga o que está nos Estatutos e em todos os Regulamentos, porque senão seguir não adianta criar penalidade, porque isso nunca resolveu e normalmente quem aplica são os próprios apenados. Mas é isso. Obrigado, gente. Boa noite.

Presidente – Não há mais inscritos. Está encerrada a discussão. Antes de submeter à votação do Plenário, a Presidência tem o dever de esclarecer devidamente os questionamentos que vieram pelos ilustres Conselheiros e Conselheiras. Primeiramente, com relação à forma como deve ser tratada a emenda ou a nota explicativa, enfim, como veio a proposta da Comissão Permanente Financeira. E aí me permito fazer a seguinte consideração ao Plenário. Me parece que as respostas que o Plenário está aguardando desta Presidência estão aqui em nossos ordenamentos. Os nossos ordenamentos e em especial o Art. 45, do Estatuto Social diz claramente: “Compete ao Conselho Deliberativo deliberar sobre a proposta orçamentária e sobre o relatório da Diretoria”. Então, nada mais do que esta noite nós estamos a fazer do que simplesmente cumprir as atribuições que estão estatutariamente previstas em nossos ordenamentos. Em segundo lugar, o Regimento Interno do Conselho traz em seu Art. 40, a seguinte previsão regimental: “Proposição é todo assunto sujeito à deliberação do Conselho. Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e de forma sintética”. Portanto, há sim hoje para o Conselho, dentro da sua atribuição perfeitamente possível apreciar esta proposição que veio dirigida ao Conselho através da Diretoria. Então, me parece que dentro dessas orientações e principalmente à luz do Art. 40, do nosso Regimento Interno, que traz como, para mim preceito muito elucidativo...”Proposição é todo assunto sujeito à deliberação do Conselho”. E o Conselho, em sua soberania, em sua atribuição pode, a meu sentir, receber esta emenda da Comissão Permanente Financeira como veio formulada, com todas as vênias e respeito àqueles que entendem contrariamente. No entanto, vou permitir fazer o seguinte esclarecimento ao Plenário. Diferentemente de outros exercícios, neste, a proposta vinda da Diretoria trouxe a prestação de contas e hoje veio apresentada a proposição de como será feita a recomposição do capital de giro. Então, para que possamos deliberar com a devida calma e a consideração que deve ser feita por este Plenário, primeiramente, nós vamos decidir acerca da proposta de prestação de contas tal como apresentada pela Diretoria. Se for ela aprovada, em seguida nós deliberaremos acerca da proposta de recomposição do capital de giro. Em seguida submeterei ao Plenário as emendas formuladas pelo Plenário. Aí eu tenho de fazer o seguinte questionamento aos Conselheiros que formularam as emendas. Estou entendendo que a forma pouco importa, o que interessa aqui e o Plenário tem todo o direito de decidir como entender, que o conteúdo é que nos interessa. Então, indago ao Conselheiro Serine e à Comissão Permanente Financeira se podemos tratar a emenda com a redação proposta pelo Conselheiro Serine, que me parece que está mais didaticamente pronta a ser apresentada ao Plenário. Então, faria a seguinte consideração ao Plenário para encaminhar a votação: Submeteria à votação a proposta vinda da Diretoria. Se aprovada, em seguida submeteria ao Plenário a emenda modificativa apresentada pelo Rodolfo Serine, com a concordância da Comissão Permanente Financeira, se assim entender o Presidente – Que aqui está me acenando positivamente – Então, quero crer...

José Manssur (fora do microfone) – Emenda da Comissão, com a redação do Conselheiro Serine.

Presidente – O Presidente de sempre José Manssur está me corrigindo e aqui vou fazer essa devida correção. Então, submeteríamos à votação a emenda aditiva proposta pela Comissão Permanente, com a redação sugerida pelo Conselheiro Rodolfo Serine. Podemos fazer dessa forma? Com essas considerações, me parece que o Plenário estaria...

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa (fora do microfone) – Não entendi, Sr. Presidente, o que o senhor vai fazer? Tinha entendido que a primeira opção era a mais correta em razão do que a gente está decidindo.

Presidente – Vou repetir, em respeito à Conselheira Ana Lucia. Primeiramente, faremos a deliberação acerca da prestação de contas tal como veio apresentada pela Diretoria.

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa (fora do microfone) – Esta é a primeira?

Presidente – Esta é a primeira. Se aprovada nós submeteríamos a emenda da Comissão Permanente Financeira, com a redação sugerida pelo Conselheiro Serine. Este é o encaminhamento que submeto ao Plenário. Se o Plenário estiver de acordo assim faremos.

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa (fora do microfone) – Sim, estou de acordo.

Presidente – A Conselheira Ana Lucia está esclarecida.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (fora do microfone) – A proposta da Diretoria adicional com relação ao direcionamento do resultado.

Presidente – Em havendo aprovação da prestação de contas nós submeteríamos a proposta da Diretoria de recomposição do capital de giro com a emenda modificativa apresentada pela Conselheira Renata.

André Guena Realí Frágoso (fora do microfone) – Recomposição do déficit.

Presidente – Recomposição do déficit, perdão. Mas quero crer que no quesito esteja devidamente esclarecido. Agradeço ao Presidente da Comissão Permanente Jurídica que fez a correção. Podemos fazer dessa forma?

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Sr. Presidente, acho que houve uma dúvida de interpretação sobre o formato de votação que o senhor propôs. Se estiver falando por alguém e não devesse, por favor, me corrija, mas acho que a gente chegou à conclusão aqui, pelo menos num grupo que está lá, que não faz sentido aprovar algo sem ser integralmente, para depois aditar. Então, acho que o correto seria...

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Presidente – Só se pode aditar se houve aprovação.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Mas o que acontece é o seguinte.

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Presidente – Conselheiros, há uma ilustre Conselheira com uma dúvida...

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Ilustre, formada em direito, com mestrado, doutorado, só queria que vocês respeitassem, por gentileza.

Presidente – Conselheira Vaiano, V. Sa. tem a palavra. Por favor, Conselheiros, vamos ouvir a Conselheira, vamos manter a urbanidade e o respeito e todos devemos respeitar.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – A questão é a seguinte, se for votada como está, no meu entendimento eu rejeito, porque não está perfeita.

Presidente – Mas V. Sa. tem todo direito de assim decidir.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Aqui é uma questão de facilitar, eu acho que o entendimento do Plenário já está formado no sentido de que a proposta...

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Presidente – Conselheiros, por favor, a Presidência precisa ouvir.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Eu não estou aqui brincando, tenho uma filha em casa me esperando, com febre, estou aqui até a esta hora, não estou aqui para ficar ouvindo murmúrio de quem não sabe respeitar uma mulher que está na tribuna.

José Manssur – Sr. Presidente, para encaminhamento da votação.

Presidente – Conselheira Vaiano, V. Sa. tem a palavra. Só um minutinho, por favor, Conselheiro.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Por favor, Dr. Manssur – O Pedro Paulo está sempre aqui como meu advogado. Agradeço, mas não preciso. A questão é a seguinte...

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Presidente – Por favor, Conselheiros.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Eu só quero esclarecer o seguinte. Acho que todos aqui já têm bom senso, dá para sentir um clima de cordialidade e bom entendimento no sentido de que precisa do aditivo, nota explicativa ou o que seja. Para que colocar em votação para ser rejeitada, para depois ser posta de novo em votação o aditivo para votar? Então, vou deixar o Pedro Paulo, quem sabe uma voz masculina aqui no Plenário...

Presidente – Não, não, de forma alguma.

José Manssur – O senhor me permite para encaminhamento da votação? ... Acho que vamos pensar juntos. Poderia fazer a junção da proposta principal com a emenda aditiva. Os que estiverem de acordo, tudo bem.

Pedro Paulo Wendel Gasparini – Até porque, Dr. Manssur, só queria tentar traduzir um pouco o que a Maria Fernanda falou, com razão. Não me parece correto botar em votação para aprovar algo que está com vício de origem. Você aprova algo com vício para depois aplicar o antídoto. E se aprova o vício e se rejeita a votação seguinte? Aprovamos o vício.

José Manssur – Mas vamos ser condescendentes com a inteligência notória do Presidente, o senhor tem toda razão. Mas façamos o contrário, aprova-se o aditivo e se rejeita a principal, como é que ficamos? Então, é bom juntar as duas e seria: As Conselheiras e os Conselheiros que estiverem de acordo com a proposta de aprovação do relatório da Diretoria, acrescida com a emenda aditiva da douda Comissão, com a redação do Dr. Serine, permaneçam como estão; os que forem contrários, queiram se levantar.

Presidente – Faremos dessa forma, Conselheiro Efetivo José Manssur. Antes de iniciar a votação, devo lembrar que o Regimento Interno do Conselho Deliberativo estabelece em seu Art. 68 que *“Quando se tratar de matéria em causa própria, ou de assunto em que tenha interesse individual, o Conselheiro estará impedido de votar, mas poderá assistir à votação.”*. Nessas condições, comunico às Sras. Conselheiras e aos Srs. Conselheiros a seguir nominados e que fizeram parte da Diretoria durante o exercício de 2024, que estão, portanto, impedidos de participar da votação. São os ilustres Conselheiros e Conselheiras: Cláudia Nemoto Matsui, Fabio Prado Ferraro, Gilberto Maria Rossetti, João De Martino Júnior, Raul Leite Mota e Silva, Ricardo da Silva Rojas, Rodrigo Franco Montoro, Álvaro Rafael Mendes Latorre, Ana Maria Latarulla, Antonio Franco Salgado, Francisco Giordano Neto, Janne Márcia Augusto Paiva, Maurício Fanelli de Brito Vianna, Paulo Eduardo Blumer Paradedda, Roberto Ferreira de Moura Braga Junior e Rodrigo Ferreira Lara. Feitas essas considerações, vou pedir à ilustre Secretária que projete o quesito. Antes, porém, vou aqui fazer...

José Marlon Salvador Barroso (pela ordem) – Presidente, pela ordem. Só uma questão, parece que existem duas proposições no sentido da recomposição: Uma feita pela Comissão e outra feita pela Engenheira Renata, que é a questão da utilização do Fundo Emergencial. Como é que fica isso na proposição, só por curiosidade?

Presidente – Como dissera, inicialmente faremos a votação com relação à prestação de contas apresentada pela Diretoria, com a emenda aditiva apresentada pela Comissão Permanente Financeira e de acordo com a redação apresentada pelo Conselheiro Rodolfo. Se aprovado, em seguida vamos deliberar como será feita a destinação do resultado. Aí, Conselheiro Marlon, com todo respeito, entendo que se a proposta de recomposição do déficit apresentada pela Diretoria for aprovada, ficaria prejudicada a proposta apresentada pela Conselheira Renata Campos. Mas vamos primeiro deliberar acerca da prestação de contas, em seguida submetermos ao Plenário como se dará a votação da recomposição do déficit. Podemos fazer assim?

Ivan Gilberto Castaldi Filho – Dr. Reis, por favor, uma observação. Já que vai votar, por que não vota nº 1, como fez a Comissão Financeira e nº 2, como a Renata, ou se rejeitar. Tem de estar junto, porque não dá para separar dessa forma. São duas propostas que tem praticamente o mesmo valor e que devem ser votadas ao mesmo tempo, porque senão ninguém sabe, a outra não virá? E se colocar da Renata primeiro, a outra não virá?

Presidente – Virá se for aprovada a prestação de contas.

Ivan Gilberto Castaldi Filho – Perfeito, mas sempre a prestação de contas virá e na sequência a proposta da Comissão Financeira.

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não.

Ivan Gilberto Castaldi Filho – São as duas juntas, é sempre junto, com as emendas na sequência.

Presidente – Conselheiro Efetivo Ivan Castaldi, vamos primeiro deliberar acerca da prestação de contas, em seguida com relação à destinação do resultado.

Ivan Gilberto Castaldi Filho – As duas ao mesmo tempo?

Presidente – Por que o Plenário deverá deliberar de forma separada? Por que ela veio de forma separada. Diferentemente dos exercícios anteriores, como dissera, não veio inserida na proposta da Diretoria, ela veio agora, V. Sa. recebeu a proposta neste momento. Então, faremos a votação em separado, não há como. Acho que o Plenário está esclarecido.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam o Relatório anual da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício de 2024, objeto do processo CD-05/2025, com a Emenda Aditiva apresentada pela Comissão Permanente Financeira em seu parecer, adotando a redação apresentada pelo Conselheiro Rodolfo José Sanchez Serine?

Resultado: 124 votos SIM, 14 votos NÃO, 01 ABSTENÇÃO.

Presidente – Está aprovado o Relatório anual da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício de 2024, objeto do processo CD-05/2025, com a Emenda Aditiva apresentada pela Comissão Permanente Financeira em seu parecer, adotando a redação apresentada pelo Conselheiro Rodolfo José Sanchez Serine. Conselheiros e Conselheiras, como a Presidência esclareceu, agora nós vamos deliberar acerca da destinação do resultado. A Diretoria fez uma proposta, que V. Sas. receberam ao adentrar ao nosso auditório e a Conselheira Renata Campos fez uma emenda modificativa. A Presidência está entendendo que uma prejudicará o exame da outra se for aprovada. Então, considero, até para que o Plenário possa deliberar, submeter primeiramente a proposta apresentada pela Diretoria. Se ela for aprovada, consequentemente a proposta da Conselheira Renata estará prejudicada. Caso contrário, se rejeitada a proposta da Diretoria, submeteríamos à votação a proposta modificativa apresentada pela Conselheira Renata. Me parece ser esse o encaminhamento mais correto desta deliberação. Conselheira Renata gostaria de fazer alguma consideração?

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo (pela ordem) – Pela ordem. Apenas para falar o seguinte, a minha proposta é utilizar agora neste momento o Fundo de Emergência e recompor esse Fundo até o final do ano da forma que a Diretoria achar melhor.

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – Qual o valor?

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – R\$2 milhões e alguma coisa, o Fundo tem R\$4 milhões.

Presidente – Acho que poderíamos solicitar esse esclarecimento, até para que o Plenário pudesse formar a convicção. Presidente Brazolin, qual era o saldo do Fundo de Emergência em 31 de dezembro de 2024? (Pausa) Quais as folhas do relatório? (Pausa) 91 – O Gerente Geral nos prestou um esclarecimento.

José Marlon Salvador Barroso (pela ordem) – Presidente, pela ordem. Na realidade é o relatório anterior que data do final do ano, o Fundo Emergencial é cerca de R\$4 milhões. A proposição da Engenharia Renata é recompõe isso no fundo de capital e ajusta na previsão orçamentária que foi realizada. Só isso e a Diretoria viria como vai ajustar. Faz a correção e traz para esta Casa.

Presidente – Presidente Brazolin, estamos aqui num clima bastante respeitoso, harmonioso, como deve ser. Consulto a Diretoria se acolheria a proposta da Conselheira Renata e consequentemente submeteríamos à deliberação do Conselho a proposta da Conselheira Renata com a anuência da Diretoria, já que foi a Diretoria que fez essa proposição. Vossa Senhoria concordaria? (Pausa) Então, diante desse gesto do Presidente, Conselheira Renata Campos, a Diretoria aceitou, acolheu a emenda de V.Sa., então vou submeter à votação a emenda de V.Sa. Só mais um minuto, por favor. (Pausa) Claro, Conselheiro Montoro. Conselheiro Montoro gostaria de um esclarecimento.

André Franco Montoro Filho – Esse valor vai para o orçamento de 2025 ou 2026? (Pausa) O corrente. Então, daquele orçamento que foi aprovado tira-se os R\$2 milhões e pouco do Fundo de Emergência e fica com o valor menor? Fica menor, você usa esses recursos. E aí estaria resolvida a questão, não precisa mexer em mais nada.

Presidente – Entendi que é para este ano corrente. Vamos submeter à votação. (Pausa)

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Sr. Presidente, ... O comentário que vou fazer é em tom de esclarecimento em relação à proposta da Diretoria. Estes valores que estão sendo colocados aqui são valores que o risco de não ocorrência é baixo. Quando se fala na não efetivação do programa não significa que os funcionários serão prejudicados, eles continuarão da maneira como estão agora. Quando se fala em termo do custo do restaurante significa que hoje, com os sistemas que foram colocados há um controle melhor e há essa previsão que esse dinheiro que estava sendo orçado pode ser remanejado de rubrica. Assim como na última, que é do restaurante, ele é um benefício advindo da implementação da TEKNISA. Faço esse comentário porque o uso do Fundo de Emergência tem uma regulamentação em nossos ordenamentos que precisaria ser contornada – Eu acho brilhante a proposta da Conselheira Renata no sentido que ele sana imediatamente e depois se recompõe – Mas eu não sairia daqui com uma tranquilidade que uma deliberação como essa, tomada por este Conselho, esteja ferindo os nossos ordenamentos. É isso.

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – Luís, qual ordenamento?

José Manssur – A colocação do Conselheiro Luís Alberto, como sempre brilhante, só que em nosso ordenamento não há especificamente uma rubrica sobre o Fundo Emergencial, é uma criação do próprio Conselho, tem de Fundo Especial. Como o Conselho é soberano, Dr. Luís, eu invoco a V. Sa., dentro do princípio da soberania do Conselho, não havendo regramento específico do Fundo Emergencial, que a decisão que este Conselho hoje adotar, ele está dando um complemento ou uma pequena substituição ao que é de costume, o Fundo Emergencial. Foi criado numa época que eu participava do Conselho; uma época que houve necessidade de se criar esse Fundo para, como o próprio nome diz, as questões de urgência e necessidade.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Concordo com o senhor em relação à soberania. Soberania essa que poderia inclusive ser recursos direcionados até do Fundo Especial e não do Fundo de Emergência.

José Manssur – Perfeito.

André Franco Montoro Filho – Sr. Presidente, minha questão é a seguinte, o Fundo de Emergência existe para emergências. Se eu uso esse Fundo não precisa recompor. No ano que vem se cria uma nova rubrica de Fundo de Emergência quando quiser, este ano usa esse recurso e não se discute mais.

José Manssur – É isso aí. Deverá sobrar, deve ter um valor até acima.

André Franco Montoro Filho – Se depois aquelas economias ocorrerem você vai ter um saldo no ano que vem, que aí destina como quiser.

José Manssur – Em suma, a proposta da ilustre Conselheira Renata Campos supera tudo isso.

Presidente – Senhores, vamos à votação do segundo quesito, que espero esteja devidamente claro, com a clareza que este Plenário merece.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a Emenda da Conselheira Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo, no sentido de que a recomposição do déficit orçamentário de 2024, no valor de R\$ 2.576.960,00, seja feita com recursos do Fundo de Emergência?

Resultado: 81 votos SIM, 51 votos NÃO, 03 ABSTENÇÕES.

Presidente – Aprovada a Emenda da Conselheira Renata Campos, no sentido de que a recomposição do déficit orçamentário de 2024, no valor de R\$ 2.576.960,00, seja feita com recursos do Fundo de Emergência. Senhores, como já houve deliberação e aprovação do Plenário, não teremos itens Voz do Conselheiro e Várias.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Presidente – Deu por encerrados os trabalhos às 23:36 horas.

* * *

Obs.: *esta Ata foi integralmente aprovada na 771ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 26 de maio de 2025.*

GUILHERME DOMINGUES DE CASTRO REIS
Presidente do Conselho Deliberativo

ALESSANDRA PINHEIRO FACHADA BONILHA
Primeira Secretária do Conselho Deliberativo

mlf